



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE ARMAS

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1978/05	DATA: 1/12/2005
INÍCIO: 10h11min	TÉRMINO: 13h08min	DURAÇÃO: 02h57min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h56min	PÁGINAS: 70	QUARTOS: 36

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS - Delegado da Polícia Federal.
ADRIEL JOSÉ TAPARO - Preso em Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná.
NEY MACHADO - Preso na Colômbia.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos. Apreciação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Havendo número regimental para dar início à sessão, declaro aberta a 46ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as organizações criminosas do tráfico de armas.

Quero dizer que estamos com um trabalho em várias frentes nesta CPI. Como é uma CPI que deve alongar-se até o meio do ano que vem, temos boas possibilidades de, depois do recesso parlamentar, chegarmos a várias conclusões importantes e operações importantes.

Reservadamente, com o trabalho desta CPI, já foi feita uma apreensão muito grande em São Paulo. Isso se deve ao trabalho conjunto tanto dos Deputados quanto da Assessoria da Polícia Federal na CPI. Como foi com dados reservados, o Deputado que quiser saber maiores informações pode informar-se com a Mesa, que direi como foi realizado e como foi feita a apreensão, que é fruto do trabalho desta CPI.

Comunico aos Srs. Deputados o recebimento de ofício da Liderança do Partido Progressista, justificando a ausência dos Srs. Deputados Nilton Baiano e Reginaldo Germano na reunião do dia 24 de novembro do corrente nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Vamos iniciar ouvindo o Dr. José Alberto de Freitas Iegas, Delegado da Polícia Federal de Laranjeiras do Sul, no Paraná, que está a par dessa operação em que foram apreendidos fuzis e diversas munições no Estado do Paraná, principalmente com Adriel José Taparo. Então, convido o Dr. José Alberto para vir à Mesa. Pode sentar-se aqui, por favor. Agradeço ao Superintendente do Paraná por permitir a vinda do Dr. José Alberto. Agradeço a sua presença entre nós.

Essa parceria com a Polícia Federal tem sido feita desde a Assessoria da Comissão até os trabalhos que temos feito em várias frentes, em todo o Brasil, e somos muito gratos a isso.

Como é de praxe, V.Sa. vai ter um tempo necessário para expor a operação e, quiçá, outras informações que julgue importantes para o combate ao tráfico de armas. Tem V.Sa. a palavra.

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS - É bom, Deputado, poder colaborar com a CPI. Trouxe alguns documentos; trouxe a cópia do processo para



V.Exa., até o momento; trouxe um levantamento que fizemos de alguns veículos que estão em nome de Adriel José Taparo, com várias passagens para o Paraguai, de outros veículos, inclusive o que foi apreendido nos autos, demonstrando que esse cidadão foi, por diversas vezes, só no ano de 2005, até a fronteira por aquele sistema instalado na Ponte da Amizade por aquele sindicato das seguradoras; trouxe também um depoimento informal que ele me prestou com algumas informações e algumas observações a respeito do que pude sentir naquele momento — não acreditei muito no que ele disse, já que demonstrou estar mentindo e com muito medo de abrir o jogo; também trouxe, Deputado, um *Power Point* para demonstrar a situação da fronteira e de algumas operações relacionadas ao tráfico de drogas e de armas realizadas no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vou pedir para apagar esta luz aqui. Se quiser, então, mudar de lugar, talvez mais interessante seja sentar ao meu lado. *(Pausa.)*

Quero aproveitar e informar aos Srs. Deputados que, provavelmente, quando entrar o recesso parlamentar — enquanto o doutor arruma o *Power Point* —, esta Comissão deve entrar em recesso também. Então, nós deveremos voltar após o recesso parlamentar e começar a deflagrar as operações que já temos planejadas durante este meio ano. *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS - Bom, Deputados e membros da Comissão, nós fizemos uma breve demonstração da situação da fronteira. *(Pausa.)*

(Segue-se exibição de imagens.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Até para demonstrar como essa fronteira é difícil. *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS - A nossa delegacia está localizada em Guarapuava, no sudoeste, e a circunscrição nossa faz fronteira com a Argentina. Apesar da distância, a delegacia fica mais ou menos a 300 quilômetros da fronteira com a Argentina. Temos por volta de 180 quilômetros de fronteira com a Argentina. Acima, entre Foz do Iguaçu e Guaíra, que são as duas outras unidades fronteiriças, que fazem fronteira com o Paraguai e o restante do Estado do Paraná. Então, esta é a região que nós julgamos crítica com relação ao tráfico de armas, de



drogas, enfim. E ali mais próximo é essa situação. Então, ali são as 3 unidades: Guarapuava, que abrange mais ou menos esta circunscrição; Guaíra, um pouco mais acima; e Foz do Iguaçu, que abrange ali mais ou menos o meio dessa situação. Esta é toda a fronteira que o Paraná, que as delegacias do Paraná têm com a Argentina e com o Paraguai. Então, os problemas que nós temos detectado até o momento, na fronteira com a Argentina principalmente: tráfico de drogas, lança-perfume — o lança-perfume é uma droga que está sendo muito rentável; aumentou demais o tráfico de lança-perfumes — e o tráfico de munições. Já existiram algumas operações onde foram constatadas que as munições — granadas também — são provenientes da Argentina. Então, esta é a região da fronteira de que eu acabei de falar aos senhores. Estas são as entradas. São pequenos Municípios fronteiriços, com população muito pequena. Municípios sem muita presença do Estado no âmbito estadual; baixo efetivo das Polícias Militar e Civil, e nós um pouco distantes aí dessa fronteira. Então, as munições e a droga, principalmente lança-perfume, entram basicamente por algumas cidades: Capanema, Pranchita, Santo Antônio do Sudoeste, Barracão. Dali ela segue para Cascavel e para Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Cascavel é um grande pólo, que a gente tem identificado, de desenvolvimento dessas atividades ilícitas. De Cascavel, basicamente, ela segue para o Brasil inteiro: São Paulo, Rio de Janeiro, Nordeste e aqui o Centro-Oeste. A partir desses levantamentos que nós fizemos, nós tentamos e temos feito algumas operações, apesar da distância. Então, foram feitas já apreensões de drogas e armas em todos estes pontos amarelos, que são cidades diferentes e não mais de uma apreensão. Esta é uma amostra da fronteira com a Argentina — o Município de Bom Jesus do Sul com a Argentina. Ali, à direita da caminhonete, é o marco divisório: do lado de lá, Argentina; do lado de cá...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Fronteira seca.

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS - Fronteira seca, absolutamente permeável, sem nenhum tipo de fiscalização. Aqui é outra parte da fronteira que, do lado de lá é Argentina, do lado de cá é Brasil. Olhem a largura do rio aí: é muito fácil. Tem até uma corda ali, que os barqueiros usam para atravessar, enfim, de tudo. Neste outro, já no Município de Santo Antônio, outra passagem para a Argentina. Vejam os senhores a facilidade que é. Outra passagem; outra, agora no Município



de Pranchita. Aqui, uma das apreensões de lança-perfume. E aqui foi a primeira apreensão... e eu estou dizendo da droga porque, pelo menos é o que a gente tem notado, tem uma íntima relação com o tráfico de armas e munições. Em razão da nossa presença no sudoeste, a gente tem feito várias operações — mostrar presença pelo menos —, e isso tem resultado em grandes apreensões de lança-perfume. Os traficantes adotaram um outro procedimento: tentaram introduzir a droga através de avião. Foi a primeira vez que isso foi detectado por nós. E nós conseguimos apreender este avião. Claro, com serviço de inteligência, com presença na região. Isso demonstra que vêm tendo algum tipo de resultado essas ações. Aqui uma outra apreensão. Esta foi a maior apreensão de lança-perfume da história do Brasil. Então, voltamos às fronteiras. Agora a gente vai para a fronteira oeste, que é, sem dúvida, a fronteira mais problemática, que é entre Foz do Iguaçu e Guaíra, onde o Lago de Itaipu é enorme. Estes são os problemas que nós temos detectado ali: remessa de carros, contrabando, tráfico. Aí já entra o tráfico de armas e munições e a lavagem de dinheiro. Então, esta é a estratégia de combate ao crime que nós temos verificado: essas quadrilhas saem de Ciudad del Este, passam por Foz do Iguaçu, entram no Brasil por Foz ou por Guaíra. E tem duas cidades-pólo: além de Cascavel, Umuarama, um pouco mais acima. Coincidentemente, infelizmente, nenhuma dessas cidades tem delegacia da Polícia Federal. Isso nos faz muita falta porque, ou Foz do Iguaçu, com todos aqueles problemas, tem que cuidar de Cascavel; Guaíra, com um pequeno efetivo; e nós, Guarapuava, estamos tentando auxiliar a Superintendência e Brasília com algumas ações de investigação nessas cidades, sem prejuízo de não ser da nossa circunscrição. Então, ali é a fronteira com o Paraguai, entre Guaíra... e ali o Lago de Itaipu. Posso dizer aos senhores que está uma verdadeira peneira esse Lago de Itaipu. Agora, com a criação dos NEPOM — que são aqueles Núcleos Especiais de Polícia Marítima — de Foz do Iguaçu e Guaíra, a situação tende a melhorar, em razão da presença policial. Mas até o momento a situação é grave. A estratégia: as pessoas, no Paraguai, adquirem livremente quase tudo. Droga lá é proibida, mas os senhores sabem que armas e munições adquirem livremente, em qualquer loja. E a facilidade de ingresso no Brasil... É muito fácil. O lago é muito grande. E tem algumas regiões em que a distância entre Brasil e Paraguai é muito próxima, como eu vou tentar



mostrar mais adiante. Então, é muito fácil. Eles usam Marechal Cândido Rondon; Toledo; até chegar a Cascavel para novamente distribuir isso para todo o Brasil; e Umuarama. Aqui, Foz do Iguaçu e Guaíra, com algumas apreensões. Nós iniciamos uma operação, em conjunto com a SR/Paraná, com a Superintendência do Paraná, e desde então era uma operação voltada para o tráfico de drogas. Mas é claro que, normalmente, existe uma associação. Desde então, a gente já conseguiu apreensões e prisões em todos estes locais: Santa Helena, Cândido Rondon, Toledo e Cascavel, coisa que não vinha sendo feita com muito rigor. Aí é uma das passagens clandestinas do Paraguai para o Brasil, usando o Lago de Itaipu, dentro daquela fronteira que eu mostrei aos senhores. Estes caminhos são todos abertos pelos contrabandistas, traficantes, traficantes de armas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só uma pergunta: do lado paraguaio tem algum tipo de fiscalização?

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS - Não, Deputado. Que nós conheçamos, não. Às vezes, a SENAD lá, que é tipo uma polícia antidrogas, às vezes faz alguma operação, principalmente apoiado pela DEA. Mas não existe uma fiscalização permanente que a gente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Nem naquela fronteira da Argentina também?

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS - Não. Ali embaixo, não. Existe ali um pouco em Foz do Iguaçu. Eles são extremamente controlados. Mas do lado da Argentina não tem muita fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não tem?

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS - Não. Aqui, outra amostra. Do lado de lá, para os senhores terem uma idéia, já é o Paraguai. Então, aí o lago dá uma afunilada, e olhem a facilidade que existe. Outra picada aberta por eles. Nós, em incursões... Os agricultores já estão perdendo a esperança no Estado. Eles falam: *"Toda vez vem alguém aqui, seja do Exército, seja da Polícia Federal inclusive, e ninguém faz nada. Ninguém faz nada"*. A gente está tentando começar a fazer agora, acho que até um pouco tarde, mas... Outra picada aberta pelos criminosos. Mais uma. Essas fronteiras... Tráfico de drogas, armas. A gente quase não controla... não tem um controle migratório rígido, coisa que a Argentina tem



muito melhor do que a gente. Aqui o problema da Ponte da Amizade, que é aquela balbúrdia. Estas são algumas fotografias da apreensão com o Adriel, para os senhores visualizarem aí a grande quantidade. Esta foi uma outra apreensão em Guaíra, também relacionada a droga: embaixo, maconha; em cima, o fuzil. Só pra ilustrar um pouco. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Dr. José Alberto, agora pode falar mais um pouquinho do Adriel. Se não, o Deputado Appio toma conta.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Presidente, pela ordem. Eu queria solicitar uma informação ao Delegado José Alberto: a origem desses lança-perfumes. Onde são fabricados? Como é que chegam lá no Paraguai? Se o senhor puder.

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS - Sim, o lança-perfume é fabricado somente na Argentina, onde o comércio é livre. Então, ele é vendido livremente na Argentina como aromatizador de ambientes, como o Pinho Sol ali, para se ter uma idéia. A Argentina, em razão disso, não faz nenhum combate efetivo em cima dessa droga. É claro que, em todas as apreensões que nós temos feito, nós identificamos fornecedores argentinos, é claro, porque a droga vem de lá. E temos repassado essas informações para o adido da Polícia Federal na Argentina, que, por sua vez, repassa isso para a Polícia argentina e para o Estado. Mas, pelas notícias que temos, não existe nenhuma previsão de a Argentina proibir esse tipo de comércio.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Mas, Delegado, nós temos a origem: quem compra também no Paraguai... Nós temos essas informações? Tem notas fiscais que transitam na Argentina para que essa mercadoria transite... É uma exportação. Chega no Paraguai...

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS - Não, Deputado. Essa droga, o lança-perfume, só vem da Argentina. No Paraguai também é proibido.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - É proibido? Então, é argentina?

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS - É argentina.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Presidente, eu vou fazer uma sugestão. Que nós façamos uma discussão técnica da análise... Já que é um vaporizador de ambientes, pode-se discutir, com certa razão técnica, quantidades de



álcool ou de outras drogas que sejam entorpecentes. E, numa discussão de Parlamentares com a Argentina, propor que seja feita uma regulamentação, com tipo de produção que... Eu acho que nós poderemos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ... que proíba a substância entorpecente.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - A substância que seja entorpecente. Já que é para vaporizar ambiente, vaporize-os.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não sei se o Delegado sabe qual é a substância...

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS - Sim. A substância é o cloreto de etila. Essa que é a substância proibida no Brasil e usada para a fabricação do lança-perfume argentino.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - E proibida no Paraguai também.

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS - Proibida no Paraguai também.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Eu acho que, se nós pudermos discutir o assunto: a quantidade, os efeitos... Do ponto de vista parlamentar, uma conversa nossa, uma reunião nossa talvez possa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu acho muito importante.

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS - Talvez até, Deputado — uma sugestão, se o senhor me permite —, que a Argentina controle, tenha esse produto como um produto controlado: para quem está sendo vendido, alguma coisa como armas, munições...

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - O cloreto é produzido lá?

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Colbert, eu vou fazer... Eu gostei muito da sua sugestão. Tenho certeza de que o Plenário também aprova a sua sugestão. Eu vou pedir que o Deputado Colbert entre em contato com a Embaixada argentina ou com o Congresso argentino, em nome da Comissão, para ver se lá tem uma Comissão também de combate a crime organizado, ao narcotráfico, alguma coisa nesse sentido, que a gente possa fazer uma reunião com eles. Eu acho que seria de fundamental importância porque o lança-perfume, principalmente nessa época agora de fim de ano até carnaval, é uma enxurrada no



Brasil. E é um produto que pode levar, inclusive, a um ataque cardíaco, pelas notícias que eu tenho...

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ... de imediato, e fulminar o usuário de imediato. Quer dizer, então, é muito perigoso. Eu vou pedir a V.Exa., se puder se dispor a isso...

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Assumo a missão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ótimo. E aí nós podemos marcar já para o início do ano que vem algum contato nesse sentido, já que este ano está meio no fim. Mas no início do ano que vem já fazemos um contato nesse sentido e solicitarmos que a legislação argentina aja no sentido de coibir pelo menos... não que coíba o aromatizador de ambiente, que não tem problema; o problema é essa substância entorpecente que causa, inclusive, além da dependência, causa vários outros danos ao organismo.

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS - E, em razão dessa atividade de repressão e investigação, há algum tempo nós constatávamos a presença de pessoas do Rio de Janeiro, de São Paulo. Porque, como eu disse ali, são cidades pequenas. Então, pessoas estranhas ao mundo, àquela comunidade, são facilmente percebidas. E essas pessoas — e aí eu repito —, às vezes associando droga ao tráfico de armas. E hoje, em razão dessas operações, a gente tem notado que a presença dessas pessoas — cariocas, paulistanos, paulistas — diminuiu bastante, pelo menos na área da nossa circunscrição, já que — repito — Foz do Iguaçu e Guaíra pertencem a outras delegacias. Mas a gente está ajudando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

O Dr. José Alberto continua a exposição. Se tiver alguma dúvida no meio... Então, já pode perguntar.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Permite, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Cumprimentando o Dr. José Alberto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Appio, do Rio Grande do Sul.



O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Eu conheço lá a região e, numa das minhas idas a Cascavel, porque meu filho era Juiz Federal lá, percebi que tem 2 ou 3 corredores só. Tem centenas de pontos de transposição do Paraguai, da Argentina para cá. Mas corredores, então, é a estrada que vai a Londrina, que vai a Maringá. São poucas vias. Sabemos que há fiscalização.

Numa das viagens, Delegado e Presidente, percebi uma fila de 1.600 ônibus. É impossível controlar. O número parece um exagero, mas é verdade. Os sacoleiros fazem, através do ônibus, o transporte de mercadorias. E é inevitável que venha droga e venha arma.

Que sugestão o senhor recomenda, além da fiscalização?

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS - É, Deputado, a Receita Federal, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal em Foz do Iguaçu e Cascavel fizeram um trabalho interessante, que foi a apreensão dos ônibus utilizados no transporte, por determinação judicial. Então, essa situação teve uma leve melhora. No âmbito da Polícia Federal, eu achava interessante... primeiro: tem de se priorizar a criação de uma Delegacia da Polícia Federal em Cascavel. Talvez seja o Município mais importante do Paraná, até mais do que Foz do Iguaçu talvez, com relação a crime organizado e a tráfico de armas e munições. Porque, como o senhor disse, esses corredores afunilam em Cascavel e, dali, Londrina e Maringá, ou um pouco para cima, em Umuarama. Existe uma intenção da Superintendência de trazer a Delegacia de Guaíra para Umuarama e criar um posto. É uma sugestão interessante. Agora, a Delegacia de Cascavel tem de ser criada imediatamente. E não adianta só criar no papel. Tem de ser criada com uma estrutura já de inteligência, uma estrutura funcional, porque é um ponto-chave, principalmente no tráfico de armas. Qual é a dificuldade nossa? Normalmente, as pessoas que compram as armas, que a gente tem constatado, elas não são da região: elas são de São Paulo, Rio ou aqui do Centro-Oeste. E elas compram diretamente no Paraguai, onde a facilidade de se comprar armas no Paraguai, os senhores certamente têm conhecimento, qualquer um vai lá e compra fuzil, compra munição de calibre restrito, de uso proibido, muito fácil. Então, a gente fica às vezes sem um elo, porque é o traficante de armas no Paraguai, e o interessado no Rio de Janeiro ou São Paulo. Fica sem um elo de ligação ali no Paraná. E certamente pessoas de



Cascavel ou Foz do Iguaçu envolvidas. Prova disso é que esse Adriel residia em Cascavel. E agora, segundo ele, estaria residindo em Foz do Iguaçu. Então, esse é um ponto principal. Melhorar o controle das fronteiras nossas, ou com a presença tão falada do Exército, com uma melhoria do efetivo da Polícia Federal nessas áreas de fronteira. Eu acho que o que se tem que fazer... A Polícia Federal deve, e acho que tem tentado fazer isso, estipular um efetivo mínimo para as delegacias, coisa que os militares têm muito bem e que nós ainda não temos. Ou seja, você tem uma delegacia que nem a nossa em Guarapuava, você não sabe se ali precisa de 30 agentes, de 5, de 1 delegado. Você não sabe qual é o efetivo mínimo de que Foz do Iguaçu precisa. Então, sempre se diz “falta gente”. Eu sei que falta gente, mas falta gente em todos os lugares. O que a gente tem de tentar fazer é o possível dentro daquilo que nos é fornecido. E exatamente para a gente parar com essa história de reclamar, porque às vezes muitos se escondem — e agora estou falando da nossa instituição — muitos se escondem: *“Ah, eu não tenho gente e não posso fazer nada”*. Então, vamos estipular o efetivo mínimo de cada delegacia e falar: *“Mas espere aí. Por que você não está fazendo nada se o seu efetivo está correto?”* Então, melhorar a fronteira. Eu até, no final aqui, ia falar de alguns problemas que nós temos detectado para realizar essas atividades. Os senhores concordam comigo que é difícil estar a 300 quilômetros da fronteira e realizar um trabalho. A gente realiza trabalho de inteligência na fronteira, já que é possível, mesmo com essa distância; e temos mantido ali 4 ou 5 policiais de maneira quase permanente na região. Só que a nossa Delegacia hoje tem 13 policiais federais, 13 agentes federais; 2 delegados, que sou eu e mais um. O outro está de férias. Eu vim aqui, e a Delegacia ficou sozinha. Então, tem de se discutir essa situação, tem de se organizar. Falta gente, mas às vezes a gente acha que em outro lugar tem muito. Enfim, acho que um controle melhor, a criação dessas delegacias, uma cooperação, eu acredito, um pouco maior entre Ministério Público Federal — mas com isso até não temos tido problema — e, às vezes, a Justiça. Nesse caso do Adriel, Deputado, eu trouxe aqui uma... O flagrante dele foi feito no dia 22 de outubro. Em 27 de outubro, eu, com base nos documentos que foram apreendidos — e muitos ali necessitavam de quebra de sigilo bancário, quebra de sigilo telefônico —, eu mandei um ofício para a Justiça Federal, 5 dias depois — claro, dentro daquele período de



analisar esses documentos —, solicitando a quebra de sigilo e até hoje eu não tenho notícia do que foi feito com esse ofício: se foi deferido, se foi indeferido, se a Justiça oficiou essas companhias e...

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - O senhor encaminhou para Cascavel?

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS - Não. Vara Federal de Guarapuava.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Ah, Guarapuava.

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS - Por que a apreensão foi feita em Laranjeiras do Sul, entendeu?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - O senhor tem o número do...

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS - Tenho. Eu até deixei uma cópia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É a burocracia que, infelizmente, ajuda o outro lado.

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas eu queria dizer o seguinte: o Deputado Appio, eu acho, está com essa disposição; se o senhor der a cópia desse embasamento das quebras de sigilo, o Deputado Appio pode entrar com esse requerimento na Comissão, e nós votarmos já na próxima reunião essas quebras de sigilo.

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS - Já estão aqui. Agora eu vou falar um pouco da apreensão.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Delegado, dê licença. Presidente, eu acredito que o Delegado fez uma colocação... porque eu acho que a aprovação de um requerimento desse, além de ser absolutamente necessária, precisa ser dispensável em razão de um funcionamento que tem de ser adequado. Eu acho que esta Comissão tem de entrar em contato com a Justiça Federal, nós temos, para mostrar situações como essas, que não demandem a vinda de um delegado aqui para nós aprovarmos um requerimento para que a Justiça funcione. Tem de ter um mecanismo de funcionamento que seja prioritário, que seja regular, que seja adequado; tem de ter um *feedback*; tem de ir um pedido, tem de ter uma volta; está



incompleto; o fundamento não está adequado. Tem de ter uma maneira de um funcionamento com o Ministério Público, com a Justiça Federal, que seja bem mais ágil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tem razão V.Exa.

O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - E aí provoco V.Exa. que nós marquemos com o responsável aqui em Brasília pela Justiça Federal, para se colocar um ponto desse, que pode ser um ponto que, apesar de ser localizado, mas deve ser uma situação que nacionalmente possa ter um efeito mais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vou pedir ao Relator que depois faça um contato para saber com quem nós poderíamos falar, para dar maior agilidade a esses procedimentos.

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS - Então, voltando: como a BR-277, que é aquela que sai de Foz do Iguaçu, passa por Cascavel, Guarapuava, vai até Paranaguá, Curitiba e dali ela... sobe até Cascavel por uma outra estrada, pela BR-369, que é acesso a São Paulo e Rio de Janeiro; ou algumas pessoas, para fugirem da fiscalização, ou acabam se dando mal, vão pela BR-277, para fazer um trajeto alternativo. Então, a Polícia Rodoviária Federal vem fazendo operações de bloqueio nas rodovias, e algumas apreensões têm sido realizadas. Essa do Adriel, ele foi surpreendido no dia 22 de outubro, um sábado, com um veículo Astra carregado de armas e munições. Eu me desloquei até lá para fazer o flagrante em razão da importância do caso. Quando da apreensão, nós analisamos detalhadamente todos os documentos que instruíram esse pedido de quebra de sigilo para tentarmos identificar outras pessoas e fizemos ali um interrogatório informal com ele, já que ele se negou a falar e preferiu apenas se manifestar em juízo. E eu inclusive passei cópia dessas ponderações ao Deputado Moroni. Mas eu senti ali que ele não estava disposto a colaborar muito; estava com muito medo. Depois dessa apreensão, nós fomos verificar... primeiro: era essencial obtermos esses dados para tentar identificar outras pessoas. Ele me disse que a arma ia para São Paulo e que não foi a primeira vez que fez isso. Pela característica da arma, realmente a gente acredita que ela iria para São Paulo, possivelmente para abastecer quadrilhas de roubo a banco, assalto, enfim, e que não iria para o Rio de Janeiro, para o tráfico. Nós constatamos, para se ter uma idéia, que ele tem ou teve



4 veículos no nome dele, além desse que foi apreendido. Esse que foi apreendido tem 20 registros de passagem entre 16 de julho de 2005 e 12 de outubro de 2005. Quer dizer, em 3 meses ali, ele tem 20 registros de passagens Brasil—Paraguai, sendo 7 delas sentido Foz—Curitiba e 13 ingressando no Paraguai. Se ele entrou, ele saiu por algum lugar. E nós não conseguimos identificar. Talvez tenha entrado no Brasil por uma outra fronteira que não tem esse tipo de controle. Um outro veículo, para os senhores terem uma idéia — eu deixei isso com o Deputado Moroni —, entre 4 de março de 2004 a 25 de novembro de 2005, tem 40 registros de passagens para o Paraguai, seja entrada ou saída. Um outro veículo, entre dezembro de 2003 e maio de 2005, outros 20 registros. Então, vejam bem: eu não sei quem gerencia esse sistema aqui da Ponte da Amizade, de entrada e saída, mas eu acho que a pessoa que gerencia isso daqui deveria ficar um pouco atenta, porque não seria normal uma pessoa entrar e sair tanto do Paraguai sem sequer ser fiscalizada acho que uma vez. Então, acho que temos de nos atentar. Se é a Polícia Federal, se é a Polícia Rodoviária Federal, não sei. Mas seria importante aproveitar as informações que esse sistema nos dá para efetuar algum tipo de abordagem e de controle em cima desse veículo.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Se permite, delegado, tem outro sistema que também, infelizmente, não está à disposição das autoridades, que é o dos pedágios, que registram a passagem de veículos. Poderia, com isso, havendo a quebra desse sigilo, verificar a própria rota desses veículos.

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS - Eu fiz um ofício, Deputado, depois da prisão, também para os pedágios. A gente analisou todos os caminhos possíveis entre Foz do Iguaçu, Rio de Janeiro e São Paulo, para saber, do que o Adriel estava falando, o que poderia ser verdade ou não, e estamos aguardando a resposta. Só que muitos — isso por experiências anteriores — informam dizendo que não têm esse tipo de controle, que não têm câmeras de filmagem, que não controlam a passagem dos veículos. Então, quer dizer, mais um ponto aí contra a investigação. Estamos aguardando essa informação. Um hotel em que ele disse que ficava em São Paulo e em que ele ficou hospedado por uma ou duas vezes, Hotel Riviera, nós também mantivemos contato, e a gerente do hotel disse que não existia nenhum registro com relação a possíveis hospedagens do Adriel nesse hotel. Mas,



para nós, o importante, para tentarmos identificar outras pessoas, seria a obtenção desses documentos. Eu, antes de vir para a Comissão, reiterei esse ofício para a Justiça Federal e acredito que agora deva ser analisado. Até trouxe cópia do processo até a data. Encaminhei para o Deputado Moroni. Porque ali realmente não tinha nenhum tipo de manifestação. Mas o Adriel, eu tenho certeza, ele sabe de muita coisa, até porque no auto de apreensão do inquérito existia um documento, semelhante a uma nota fiscal, de uma aquisição de armas e munições do Paraguai. Se ele, simplesmente, era o transportador ou pegava esse carro em Cascavel, como ele disse, já carregado com as armas, não tinha por que esse cidadão ter uma nota fiscal semelhante a esse documento e ter cartões de empresas que comercializam armas no Paraguai. Então, a gente acredita que ele tenha participado de alguma negociação diretamente no Paraguai, já que ele nos disse que toda negociação era feita em Cascavel — mais uma demonstração da importância de termos uma unidade em Cascavel — e que não sabia nome de ninguém. As pessoas se apresentavam no estacionamento, eles iam para um barzinho que existia nesse *shopping*, em Cascavel. A gente tentou obter algumas filmagens também, mas não foi possível, já que essas empresas, às vezes, filmam por pouco tempo. Enfim, é um caso que, se ele colaborasse e dissesse a verdade... Ele, certamente, sabe de muita coisa e poderia colaborar. Nós ainda acreditamos que a quebra do sigilo dos extratos telefônicos que foram apreendidos com ele, do *e-mail* do telefone celular e de uma outra memória que ele tinha escondido consigo, aquela questão do GSM, do *chip* GSM, no momento da prisão, pode, pelo menos, trazer uma idéia para nós de qual o trajeto que ele fazia, com quem ele mantinha contato, já que, hoje, essas pessoas usam o que a gente chama de telefone bombinha, que é aquele clonado, usa-se e desfaz rapidamente, o que dificulta ainda mais o trabalho, até quando se tem um trabalho de inteligência em cima disso daí. Mas o que a gente tem feito é repassar essas informações para os setores de inteligência da Polícia Federal em Curitiba, em São Paulo, no Rio de Janeiro, que são, normalmente, os destinatários dessas armas e munições. Uma diferença que a gente tem notado com relação ao tráfico de drogas e o tráfico de armas e munições é que eles usam quase sempre a mesma logística, os mesmos caminhos. O problema da droga é que a droga acaba e já tem a necessidade de se comprar nova droga, de se abastecer o consumidor. É



um comércio mais rápido, mais dinâmico. Com relação às armas e munições, a pessoa compra arma e munição e só vai fazer uma nova aquisição se tiver algum tipo de necessidade nova, seja que as armas foram apreendidas, as munições foram gastas, ou também se eles usaram essa munição. Numa guerra de tráfico no morro do Rio de Janeiro, por exemplo, às vezes, tem de se adquirir novas armas para combater o adversário. Então, nesses levantamentos, a gente chegou à seguinte constatação: o Paraná é uma porta de entrada para armas e munições — a prisão do Adriel é uma prova disso —, a fronteira com a Argentina e com o Paraguai são extremamente permeáveis e o controle é falho. Principais rotas: Paraguai—Foz do Iguaçu—Cascavel—BR-277—São Paulo—Rio de Janeiro; Paraguai—Guaíra—Umuarama; Paraguai—Lago de Itaipu e, na fronteira sudoeste, Argentina e Encarnación, que é no Paraguai. A facilidade de aquisição das armas no Paraguai é uma coisa que dificulta e que facilita isso aí. Dificuldades operacionais, como eu já disse, baixo efetivo, às vezes, falta de um equipamento adequado. Para os senhores terem uma idéia, essas armas e munições que foram apreendidas — como está no Estatuto do Desarmamento, mas alguns juízes têm dado perdimento dessas armas em favor da polícia — o juiz, baseado na lei, é claro, mandou destruí-las. Para os senhores terem idéia, em Guarapuava, que é nossa delegacia responsável por 180 quilômetros de fronteira, nós temos um Fuzil AR-15, que foi cedido por Guaíra, um fuzil usado, e agora estaremos para receber o primeiro veículo 4 x 4. Ou seja, nós não dispomos dessas armas e munições que serão destruídas, que, certamente, são bem superiores às que temos em depósito. Então, um humilde pedido aqui para os senhores: não seria interessante analisar a situação dessas armas e munições apreendidas? Pelo menos aquelas de uso restrito ou calibre proibido, de, eventualmente, poderem ser utilizadas pela Polícia Federal, pela polícia. Eu sei que os senhores têm os argumentos quando a lei foi aprovada, é claro, mas é só uma demonstração da nossa realidade e da nossa dificuldade. Em 2001, nós fizemos nossa primeira apreensão de projéteis, de munições; em 2003, nós participamos de uma operação que resultou na apreensão de 50 granadas e 20 mil cartuchos no Rio de Janeiro; em 2003, ainda, nós realizamos uma operação em Guarapuava com relação à violência no campo, onde foram apreendidos por volta de 2 mil cartuchos e 67 armas, quase sempre provenientes do Paraguai; em 2004, nós também



participamos de uma operação com a CGPRE aqui de Brasília, Rio de Janeiro e Curitiba, quando foram apreendidos, além de drogas — aí, mais uma vez, a ligação da droga —, 5 fuzis e 2 pistolas; agora, em 2004, a Polícia Rodoviária Federal de Laranjeiras do Sul, novamente, apreendeu alguma quantidade de cartuchos de calibre restrito e uso proibido; em outubro, essa apreensão do Adriel, e agora estamos em andamento com uma operação, denominada Lochness, que já resultou na apreensão de mais de 5 toneladas de maconha, de algumas pistolas, 2 pistolas, e que o destino era São Paulo e Rio de Janeiro. Uma operação coordenada por Curitiba, com a participação da Delegacia de Guaíra e a nossa, mas que precisa ser implementada, principalmente, com a criação, talvez, de uma unidade ou, pelo menos, no momento, de uma base operacional nossa em Cascavel, o que facilitaria bastante esse trabalho. Com relação ao Adriel, Deputado, o que consta nos autos foi referente à abordagem, à apreensão das armas, munições e a prisão dele. E, também, o que nos interessa, é claro, são os documentos apreendidos e que foram analisados, só que aguardamos essas informações provenientes das quebras de sigilo bancário e de sigilo telefônico para prosseguirmos nas investigações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu agradeço ao Dr. José Alberto.

Pergunto ao Relator se tem alguma pergunta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Esse Adriel, Delegado, era uma pessoa que vocês já conheciam?

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS - Não, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não estavam investigando, nem nada?

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS - Não, porque ele residia em Cascavel e disse que agora tinha se mudado para Foz do Iguaçu. Então, como não eram cidades da nossa circunscrição, nós não tínhamos... Na verdade, foi uma trombada a prisão dele.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E conseguiram, depois da prisão dele, evoluir no sentido de compreender um pouco melhor quem eram as conexões dele, quem eram os contados dele?



O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS – É. Depois da prisão dele, nós buscamos entender melhor essa situação de como poderia funcionar. Estamos na dependência, principalmente, desses documentos para termos uma idéia melhor de como ele... O que foi possível fazer até o momento, foi a verificação do hotel, verificação das entradas e saídas dele para o Paraguai.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA- Não conseguiram, por exemplo, a quem se destinava?

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS - Não, não. Eu acredito que essas quebras judiciais, certamente, poderão nos auxiliar, mas até o momento, não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A quebra de sigilo telefônico dele, vocês não têm o resultado até hoje?

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS - Isso. Não temos até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Até o Deputado Appio se dispôs a fazer um requerimento para que votássemos aqui.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E ele nega?

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS - É. Ele, no começo, Deputado, disse que foi contratado para levar equipamentos de informática e, posteriormente, ele ficou sabendo que se tratava de armas e munições. Só que, em razão do valor oferecido, ele concordou, mas disse, pelo menos, que ele entregava o carro dele e essas pessoas devolviam o carro, já carregado em Cascavel, e acompanhavam o Adriel ou até Curitiba ou até São Paulo, mas sempre caminho para São Paulo. Ele disse que as armas e munições iam para São Paulo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quem eram essas pessoas, ele não...

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS - Ele forneceu alguns apelidos, que estão aqui, mas nenhum dado concreto que pudesse auxiliar na identificação dessas pessoas. Eu tenho comigo que ele sabe. Alguma coisa ele sabe, mas, não sei qual o motivo, não quer colaborar em hipótese alguma.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. Da minha parte é isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mais alguma pergunta ao Delegado? *(Pausa.)*



Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Delegado, as armas produzidas no Brasil também vão para o Paraguai e retornam para o País para serem entregues às quadrilhas? A Polícia Federal identificou também esse trajeto, que não veio só de lá, mas também que vai de cá e retorna?

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS - Sim, Deputado. Numa operação que fizemos em outubro de 2003, que foi para tentar diminuir ou evitar a violência no campo, que foi uma operação denominada “Paz no Campo”, onde foram apreendidas mais de 60 armas, a gente constatou muitas armas fabricadas por indústria nacional que, certamente, foram adquiridas no Paraguai, ou seja, fizeram esse caminho que o senhor está dizendo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Uma outra coisa seria com relação ao efetivo da Polícia Federal. O senhor tem na delegacia o quanto de efetivo que seria necessário? É o seguinte: um problema que nós verificamos é que o mesmo efetivo que faz o trabalho de inteligência é obrigado a fazer também a operação. E, aí, numa outra missão, todos os presos vão conhecer aquele pessoal e não vai ter mais como fazer inteligência com aqueles presos ou aqueles que ainda estão soltos. Ou seja, como fazer com que a Polícia Federal tenha um efetivo específico para fazer trabalho de inteligência e outro que vai fazer a operação de prender, de fazer apreensão. Quanto seria necessário para que nós tivéssemos, naquela região toda, um efetivo que pudesse enfrentar a questão da fronteira seca daquela região e também da fronteira molhada que tem naquela região?

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS - Eu acredito que, para se ter uma presença permanente nossa, até para os senhores terem idéia, existe a possibilidade de se criar um posto migratório na cidade de Capanema, que é a cidade que faz fronteira com a Argentina. Só que, pelo que a gente teve notícia, esse posto não vai ser criado no próximo ano por dificuldades orçamentárias. Mas, no caso de Guarapuava, para nós cobrirmos a fronteira com a Argentina, que faz parte da nossa circunscrição, a gente já mandou vários expedientes informando isso, não é nada extraordinário. A gente se acostumou a trabalhar com pouca gente. Eu acho que esse é o grande segredo: você trabalhar com poucas pessoas, mas pessoas especializadas e interessadas. Hoje, nós temos um efetivo, com algumas



remoções agora, de 13 agentes. Para o senhor ter uma idéia, eu separo metade da delegacia, praticamente, para a área de inteligência, porque eu entendo que é prioridade. O resto pode esperar. Mas esses 6 são os mesmos que têm de fazer o trabalho de inteligência e fazer a operação e prender com ajuda de 2 ou 3. Mas, se aumentasse esse efetivo — porque nosso efetivo era de 18 e nós perdemos em razão da remoção —, se dobrasse esse efetivo, mais uns 10 agentes, o que não é muita coisa no contexto, é claro, não só agente, porque cada operação demanda flagrante, demanda a necessidade de um escrivão, de um delegado, mas se dobrasse o efetivo, que não é grande coisa, seria possível darmos uma atenção melhor. Mas eu volto àquela colocação que eu fiz, Deputado, que seria necessário a existência de um efetivo mínimo em cada delegacia para saber onde está faltando, onde está precisando e, claro, analisar caso a caso, porque, às vezes, as pessoas olham no mapa e vêem a fronteira com a Argentina e esquecem-se de que aquela fronteira com a Argentina pertence à Delegacia de Guarapuava, que está distante 300 quilômetros, ou seja, Guarapuava tem que ser considerada uma delegacia de fronteira, assim como Foz do Iguaçu e Cascavel, já que, efetivamente, essa é a realidade.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Outra questão é com relação ao uso de fazendas por parte dos traficantes e de aviões também pertencentes a fazendeiros. Tem alguma investigação ou alguma ação nesse sentido?

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS - Sim. Nós, nas operações relacionadas ao tráfico de lança-perfumes, ali na fronteira, prendemos já 2 ou 3 pequenos agricultores que foram seduzidos pelo ganho fácil, para deixar passar a droga, ali na fronteira, como os senhores viram a fronteira é seca e muito permeável, ou cediam suas propriedades para a guarda desse lança-perfume. Só que, na verdade, eles guardam essas caixas e não sabem nem o que tem dentro. Então, pode ter droga, como pode ter também armas e munições. Então, nós temos feito isso. Essas apreensões que nós fizemos tem um cunho educativo muito grande, já que as pessoas, a princípio, pessoas de bem, talvez, até pela falta de uma presença efetiva do Estado — mas, claro, nada justifica o ingresso no crime —, foram seduzidas por um ganho fácil, por razões inúmeras, por razões diferentes. Mas temos tentado fazer esse tipo de trabalho com informações, com trabalho de



inteligência e com presença. Acho que onde a polícia está presente, onde o Estado se faz presente, a diminuição da criminalidade é constatada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO BOSCO COSTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Dr. José Alberto, não ouvi toda a exposição de V.Sa., mas a gente vê que o crime organizado no Brasil a cada dia cresce, apesar das leis. Há pouco mais de 1 ano, foi aprovado aqui na Casa, no Congresso, o Estatuto do Desarmamento, mas, por exemplo, em todo o Brasil, a gente viu, presenciou esta semana, através da imprensa, o que está acontecendo no Rio de Janeiro. E V.Sa. trabalha em uma área, a meu ver, muito perigosa, em virtude da extensão territorial que divide o Brasil com o Paraguai, com a Argentina. Eu fiz algumas observações, no período do Estatuto do Desarmamento, na direção de que o Brasil é um País imenso. A população brasileira cresceu assustadoramente, e os governantes, a começar dos Municípios, dos Prefeitos, Governadores, Presidentes que passaram, não prepararam o País economicamente para essa população assustadora, que cresceu, não viabilizaram o País. Hoje, o que se fala no Brasil é falta de segurança pública, falta de emprego. Acredito eu que, enquanto o Brasil não crescer economicamente, gerar emprego e renda, com mais habitação, mais trabalho e segurança pública... Também acredito que os governantes têm que investir mais em segurança pública, porque, senão, a meu ver, podemos aprovar a cada ano uma lei ou um estatuto e nada vai resolver o problema do Brasil. Eu faço uma pergunta a V.Sa.: os recursos financeiros, os recursos humanos que existem lá, na região onde V.Sa. trabalha, são suficientes para atender a esse crime organizado no Brasil?

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS - Veja bem, Deputado, com relação aos recursos financeiros dispensados para a Delegacia de Guarapuava, no ano de 2005, eu até não tenho do que reclamar. Eu acho que a gente recebeu uma quantia suficiente dentro da realidade do nosso País. Com relação aos recursos técnicos e de pessoal, isso a gente está aquém. O Estado está tentando melhorar — Estado, que digo, é no âmbito da Polícia Federal —, está tentando melhorar. Foram adquiridos novos equipamentos, mas a colocação em funcionamento, para que ele esteja na plenitude do seu funcionamento, demanda tempo. Às vezes, as empresas telefônicas não colaboram como deveriam colaborar. Temos um problema: o



Governo do Estado do Paraná vem investindo nisso daí, a União também, mas o problema carcerário em todo lugar é muito grande. Para o senhor ter idéia, a gente prende o cidadão, ele fica na cadeia pública da Polícia Civil, onde não existe segurança nenhuma. Tanto é que, no caso do Adriel, em razão da relevância, eu solicitei que ele fosse transferido para a Superintendência nossa no Paraná. Mas a gente prende, tem que pedir favor, às vezes, em cada cadeia pública para segurar esse preso, já que em Guarapuava nós não temos custódia. Se tivéssemos, inviabilizaria qualquer tipo de operação, já que demandaria pelo menos 4 agentes, em sistema de plantão, para cuidar dessa custódia. Então, fica naquela coisa amadora. Falta — vem sendo tentado isso —, na minha modesta opinião, um pouco mais, ou muito mais planejamento, porque senão, recurso vai, vai, vai e escoa pelo ralo, porque não se sabe para onde vai, não se sabe onde esses recursos estão sendo utilizados. Então, planejamento... Eu acho que talvez algumas falhas, inclusive nossa, sejam nós sermos imediatistas. Eu acho, como o senhor bem disse, a segurança pública... O sistema penitenciário talvez dependa de projetos a longo prazo, com medidas a curto prazo, com medidas a médio prazo, mas também com medidas a longo prazo, porque senão, daqui a pouco, a gente vai enfrentar o caos, como a gente tem visto em algumas situações. Mas, voltando a nossa realidade, falta equipamentos técnicos, nos falta gente, e não é uma coisa difícil de resolver. Eu não estou pedindo lá 50 agentes, porque eu sei que existem prioridades. Foz do Iguaçu é uma delas, Guaíra também. Enfim, mas há que se ter essa prioridade, eu acho que com base em planejamentos. E é isso que se vem tentando fazer, mas a gente sabe que para um resultado tem algum tempo aí, mas o senhor tem toda razão na sua colocação.

O SR. DEPUTADO BOSCO COSTA - Só uma pergunta para concluir: o que o senhor acha desses presídios nas zonas urbanas, nas cidades, nas Capitais, superlotados com bandidos de alta periculosidade, com telefone celular? Será que isso não contribui para que esses bandidos coordenem ou comandem algum grupo do próprio presídio?

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS - A gente tem, nessa operação que nós estamos fazendo, Lochness, com relação à droga, algumas pessoas que estão atuando na quadrilha presas. Então, isso realmente existe. Eu trabalho no



Paraná, mas sou de Presidente Prudente, a cidade do Deputado Paulo Lima. Lá, eu acho, o pai dele é Prefeito na cidade. Parece-me que a cidade vem enfrentando aumento na criminalidade, coincidentemente com o aumento de alguns presídios que foram feitos. Eu até não acreditava muito nisso, mas eu só estou aqui informando uma estatística que a gente tem visto nos jornais locais. Mas, realmente, temos exatamente... porque a pessoa vai presa e ela sabe que, dentro de algumas cadeias, ela vai obter a mesma facilidade que tinha fora. Então, quer dizer, aquilo lá é um escritório que ela tem, protegido pelo Estado, ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Essa é a preocupação do Deputado Bosco Costa. Justamente, que nós possamos sair do discurso e entrar, realmente, num carimbo orçamentário para essa área, para resolver esse problema.

Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, só outra questão para o Delegado José Alberto: o senhor falou que eles utilizam carros de passeio, automóveis de passeio, usaram também avião. Quanto aos sacoleiros, também há muitas denúncias de que também eles utilizam ônibus, caminhões, mas uma denúncia que chegou, e eu gostaria de confirmar, são caminhões do tipo baú, que seriam também utilizados para essa prática. Já identificou alguns desse tipo baú, que são utilizados para a prática também desse tráfico de drogas e tráfico de armas?

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS - Sim. Para o senhor ter idéia, dessas apreensões de lança-perfume, 5 delas foram em caminhões-baú. Duas, em meio a cargas de fogões. As cargas são lícitas, mas em caminhões-baú. E usam também barcos, ali, para trazerem essa mercadoria do Paraguai para introduzir no Brasil. Então, usam, sim. Eles usam de tudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Doutor, eu pergunto se tem alguma coisa para concluir. V.Sa. tem a palavra.

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS - Não, Deputado. Eu agradeço a oportunidade que o senhor me deu aí, porque somos os pobres mortais lá da base e às vezes nem sempre somos ouvidos. É uma oportunidade para relatarmos os problemas que a base sofre. É importante que os senhores... Eu tenho certeza de que os senhores realmente têm essa visão e esse conhecimento, e o trabalho da



CPI pode ser muito importante para uma melhora no geral com relação à segurança pública. Eu agradeço a oportunidade. Nós estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Dr. José Alberto, eu vou convidá-lo para ficar durante o depoimento, porque qualquer informação que julgue importante passe para alguns dos Deputados ou para nós aqui na Mesa.

Eu quero agradecer-lhe a presença, mais uma vez, e agradecer também ao Superintendente. V.Sa. é nosso aliado, nós somos seus aliados. Vamos tentar, com a força da CPI, buscar mais recursos, mais condições, que vontade não falta para fazer esse trabalho.

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS - Sem dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu parablenizo o senhor e a sua equipe.

O SR. JOSÉ ALBERTO DE FREITAS IEGAS - Obrigado, Deputado. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vamos chamar Adriel José Taparo. Enquanto isso, eu informo aos Srs. Parlamentares que, havendo número regimental, foi distribuída cópia da ata da 45ª reunião. Sendo assim, indago se há necessidade da sua leitura.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Peço dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não, muito obrigado.

Dispensada a leitura, coloco a ata em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloca-a em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Quero informar à Comissão brevemente, depois nós podemos falar reservadamente. Mas foi feito um grupo de diligência que realizou um trabalho nesta Comissão. O trabalho desse grupo de diligência será encaminhado à Mesa da Câmara.

Eu coloco em discussão o resultado desse trabalho. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação.

Aqueles que concordam que o resultado do grupo de diligência seja enviado à Mesa da Câmara permaneçam como se acham. *(Pausa.)*



Aprovado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, só um aspecto importante: é que, antes de encaminhar — não sei se ao mesmo tempo — é a solicitação da quebra do sigilo telefônico das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sem dúvida. V.Exa. tendo do grupo aquelas solicitações, nós já podemos fazer.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu não sei, porque a ata foi encaminhada. Eu a assinei ontem e não sei. Ficou que nós poderíamos, numa sessão reservada, depois, discutir essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não tem problema nenhum. Faremos, com todo o prazer. (*Pausa.*)

Sr. Adriel José Taparo, é este o seu nome?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - É este mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Toda testemunha que vem aqui, se quiser, faz o termo de juramento de dizer a verdade. Se o senhor quiser fazer o juramento de dizer a verdade, teria que ler esta frase.

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor não gostaria de fazer esse termo. Está bom.

O senhor foi preso, Sr. Adriel, com muita munição, com 2 fuzis, numa rota conhecida de tráfico de armas e muita munição. Foi muita munição mesmo. Não foram 500 caixas, não. Segundo o termo de apreensão que eu estava dando uma olhada, foram mais de 10 mil cartuchos, eu acredito: 5.200 de 762, que é um calibre grande; 2.274 de 9 milímetros; 4.800 de 45 — só aí já deu mais de 12 mil cartuchos; 250 de 44, que é de alto poder de impacto; 20 carregadores para fuzil 762 e 2 fuzis Ruger Ranch Rifle, calibre 223. O senhor tem oportunidade na CPI agora, porque a CPI tem poderes de Justiça para investigação, para contar sua versão: se o senhor foi usado por alguém nesse problema; como o senhor foi envolvido nisso; o que aconteceu. Então, tem V.Sa. a palavra.

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Eu não tenho nada a declarar aqui. O meu advogado me instruiu para não falar nada aqui.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor não pode não falar nada na CPI, porque a CPI é como o Judiciário. Aí, o senhor vai acrescentar mais um delito à sua folha. O senhor pode calar se alguma coisa for incriminá-lo. Aí, o senhor pode se calar. Se uma pergunta vier a incriminá-lo, aí o senhor pode simplesmente calar e não falar. Agora, se forem feitas perguntas que não são incriminatórias à sua pessoa, então, o senhor tem o dever de falar, porque a CPI é como se estivesse diante da Justiça, porque ela tem poderes de Justiça. Aqui não é uma delegacia de polícia. Não é nada disso. O senhor está na frente de um monte de pessoas que podem inclusive ajudá-lo.

O senhor está bastante complicado. Já tem um delito que lhe dá até 8 anos de reclusão, o que é uma pena bem grande. E nós podemos ajudá-lo. Eu acho que, pelo que aconteceu ao seu redor, o senhor é mais um transportador — e talvez até tenha sido usado sem saber das coisas — mas o senhor estava transportando um monte de coisas. Quer dizer, aquele carro era seu?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Não tenho nada a declarar, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor não quer declarar por quê? Quem contratou seu advogado?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Eu mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor mesmo? É o senhor mesmo quem pagou a ele?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Não, não foi pago ainda não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não foi pago? E como é que o senhor vai pagar o advogado? *(Pausa.)* A sua família vai reunir dinheiro? Como é que é isso? Nós não queremos envolver pessoas. Nós vamos investigar toda a sua vida e não queremos envolver pessoas que não tenham nada a ver com isso. Por exemplo: quem é a Sra. Catarina Moreira Taparo?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Minha mãe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sua mãe. O senhor não vai querer envolver sua mãe nesses problemas, não é?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Ela não tem nada a ver com isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois é, mas as 2 contas telefônicas que estavam com o senhor estavam no nome dela. Por quê?



O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Não tenho nada a falar sobre isso, doutor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Aí o senhor não está defendendo a sua mãe. Até em respeito à senhora sua mãe, eu acho que o senhor deveria dizer a verdade do que aconteceu. Ela sabia do tráfico de armas? Ela lhe dava a conta telefônica para poder limpar a barra para o senhor? Como é que era? Nós não estamos falando de uma mulher qualquer. Nós estamos falando da sua mãe. Eu quero que o senhor tenha a oportunidade aqui de defendê-la. Eu, pelo menos, tenho um respeito... minha mãe é falecida, mas eu dava a vida pela minha mãe. E eu espero que o senhor, apesar de ter cometido alguns erros, também tenha esse respeito. Então, eu quero saber por que esses telefones estavam no nome dela. *(Pausa.)* Esse certificado de registro da ABC Motors, com a autorização de transferência para o seu nome... o que essa ABC Motors tem a ver com o esquema do tráfico de munição e armas? Toda vez que o senhor se recusar a responder, eu vou sentir que o senhor está se recusando porque aquilo pode incriminá-lo e, se pode incriminá-lo, vai incriminar também o dono da ABC Motors porque o senhor estava com um veículo e o certificado de registro e licenciamento em nome da ABC Motors. A ABC Motors faz parte da estrutura desse esquema?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Eu não tenho nada para responder. Eu não vou falar nada. Estou instruído já para não falar nada. O senhor me desculpe, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, eu acho que tu é que não estás entendendo. Não falar só piora a tua situação. Eu não sei.... Como tu não tens dinheiro para pagar teu advogado, eu estou supondo que o resto da quadrilha... par ele ter dado uma instrução par ti não falar nada em tua defesa aqui, eu só posso supor que o resto da quadrilha está pagando o advogado, porque é uma instrução que não te beneficia em nada. O fato de tu não falares nada aqui numa CPI para todo mundo, é algo que só agrava tua situação.

Sabe qual é a vantagem que tem de não falar nada? É quem te botou nessa fria, sair livre. É a única vantagem que tem. São os caras que estão acima de ti, ficarem rindo da tua cara: *"Aquele otário foi lá e não falou nada e tal, seguiu as pontas pra nós"*. E tu és um arquivo. Só que o arquivo, quando se abre... fica em segurança quando ele está fechado, o que vai acontecer? Qualquer hora que tiverem uma oportunidade de acabar com esse arquivo, eles acabam. Essa é a



diferença. Se tu abrires esse arquivo aqui para nós, a tua segurança e da tua família vai ficar muito mais respaldada do que está hoje. Quer dizer, esse pessoal não vai te dar respaldo nenhum. Simplesmente, dentro de uma organização dessa, tu és descartável. E eles, assim que puderem, vão te descartar. Agora, se tu estiveres colaborando com a CPI do Congresso, aí é diferente. Aí, quando mexerem contigo, vai ser diferente. Então, eu estou lhe dando essa oportunidade como Presidente da CPI. Estão aqui os Deputados corroborando comigo, depois o Relator poderá falar alguma coisa. Mas nós estamos te dando uma oportunidade pra tu poderes abrir o jogo e, ao mesmo tempo, resguardar o teu lado, porque ficando quieto tu não estás resguardando o teu lado. Tu estás piorando o teu lado e melhorando o lado daqueles que te usaram pra isso. Quem te usou pra isso é que está rindo à toa. Diz: *“O cara é otário mesmo. O cara foi lá e tal e agora quando a gente tiver chance, a gente liquida com ele”*. Quer dizer, eu não estou vendo a tua vantagem nisso, nessa questão.

Por isso, quero passar o tempo ao Relator para ver se tu pegas um pouquinho de juízo nesse sentido. Tu estás expondo a ti e a tua família de graça pra defender bandido que não está dando a mínima para o que tu és ou deixas de ser, porque tu és descartável para eles.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Adriel, você assinou um documento agora há pouco, a assentada, onde tu declaras que prestou esclarecimentos, cujos termos foram gravados e, após decodificados, serão anexados aos autos do inquérito. Tu tens consciência de que assinastes um documento. Então, não tem sentido tu fazeres um depoimento aqui que vai te prejudicar no teu inquérito. Nosso objetivo não é esse. Compreendes isso? Tu és natural de onde?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Chopinzinho, no Paraná.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Chopinzinho? Estava morando onde, agora nesse último período?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Foz do Iguaçu.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mudastes há pouco pra Foz do Iguaçu? Antes de mudar para Foz do Iguaçu, tu estavas morando em Cascavel?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Isso.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Faz quanto tempo que te mudastes para Foz do Iguaçu?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Pouco tempo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Pouco tempo quanto?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Dois, 3 meses.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Dois, 3 meses. E lá em Cascavel, morou muitos anos?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Doutor, eu prefiro ficar calado, quieto. Não...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim, mas eu estou fazendo a tua identificação. Tu tens que me responder. Não é questão de tu quereres. Tu não estás aqui por querer ou não, entendeu? Tu não estás batendo papo num bar: não estou a fim de conversar. Eu vou perguntar e tu vais me responder. Não estou te incriminando. Estou te perguntando quanto tempo tu moraste em Cascavel. Heim, rapaz, quanto tempo tu moraste em Cascavel?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Menos de 1 ano.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Menos de 1 ano. E antes, tu moravas onde?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Mercedes, no Paraná

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mercedes. Quanto tempo moraste em Mercedes?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Morei 1 ano e meio.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Um ano e meio. Porque tu ficavas tão pouco tempo em cada cidade?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Por causa do trabalho.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Qual é o teu trabalho?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Eu sou pedreiro e trabalhava com laticínios lá em Mercedes.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Pedreiro e laticínios? Essa era tua atividade?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Tu és casado?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Casado.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Tua esposa mora onde?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Eu estou separado dela. Ela mora em Coronel Domingos Soares.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E filhos, tu tens?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Tenho 2.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Que idade?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Oito e 7 anos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Duas crianças. Aí, tu foste morar em Foz do Iguaçu. Estavas trabalhando em Foz do Iguaçu?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Estava.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Tinha emprego fixo? Onde?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Tenho um posto de lavar carro.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Tu tens um posto de lavar carro? Era um empresário, então? Quanto vale esse posto?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Três mil reais o ponto.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mais equipamento?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Mais equipamento.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E esse dinheiro pra comprar o posto, foi originado do quê?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Dos antigos trabalhos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - De pedreiro?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Acerto de firma, esses negócios.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Acerto de firma. Perfeito. E esse veículo — Astra, é isso? — placa DEH1458. É de tua propriedade? Quanto vale esse carro?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Não sei. Está lá na nota...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mais ou menos.

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Sobre o carro, eu não tenho nada a declarar, não, doutor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E esse veículo placa CRM5583? Que carro é esse?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - É outro veículo Astra.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Teu também?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Foi meu.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Já vendeu esse?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Faz tempo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E o veículo placa CZF6415?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Também foi outro Astra.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Também teu? E o veículo DDO1166?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Também foi outro Astra.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sempre Astra. Tudo a mesma cor ou não?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Gosta de Astra? Esses carros que estão no teu nome são teus hoje?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Não. Não, não tenho nenhum mais no meu nome.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não tem mais nenhum no teu nome? Mais recentemente, estavas com esse DEH1458. É isso?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Fazia quanto tempo que estavas com esse carro?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Desde março ou abril.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Morando em Cascavel, aí tinha esse carro? Nós não estamos aqui interessado na tua situação. A tua situação tu vais resolver com a Justiça. A CPI tem o objetivo de investigar armas e munições. Para nós, tua participação é irrelevante. Tu és um carregador de... levava... Nosso interesse é o seguinte: onde tu compravas e para quem tu levavas. Pra quem tu prestavas serviço, isso é o que nos interessa. E a CPI pode te ajudar se tu nos ajudares. Agora, se tu não nos ajudares, nós vamos entender que tu és tão responsável quanto esse pessoal para quem tu prestavas serviço. Só de olhar para ti a gente vê que tu estás louco de medo. Tu estás com medo de quem? Estás com medo de quem? É por causa da tua família, é isso?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Não tenho nada que falar.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Estás sofrendo ameaça?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então, por que estás com medo de falar? Quer fazer uma reunião reservada, só conosco? É isso?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Não, não, não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quer uma oportunidade de conversar só conosco, os Deputados?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Não. Não precisa, não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não precisa, não. Quem te contratou para buscar essa arma, essa munição no Paraguai?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Sobre isso eu não tenho nada a falar, não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quantas vezes tu estiveste no Paraguai no último período?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Eu não tenho nada a falar sobre isso também, não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Além de estar com medo, tu estás começando a revelar um outro lado teu. Já estou achando que tu não és só carregador mesmo. Acho que teu envolvimento é maior, senão tu não ias estar com essa postura que tu estás. Tu tens noção pra que serve essa arma e essa munição que tu trazes pra dentro do Brasil? Tu tens noção de quanta gente tu ajudaste a matar? Quanto bandido tu botaste arma e munição na mão? Tu tens noção do mal que tu já provocaste? Pra tu ficares aí com essa postura de parece que é vítima. Tu és vítima do quê? Tu não estás disposto a nos ajudar, rapaz, pelo menos pra reparar um pouco do mal que tu já provocaste? Quanta gente boa, quanto policial já não morreu por essa arma e essa munição que tu trazes pra botar na mão dos bandidos, e vens aqui pra pintar de vítima pra nós?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Permite-me, Relator? O que acontece é o seguinte: hoje tu estás respondendo por contrabando de arma e munição — e só. Só que, com essa tua postura na CPI, nós vamos te indicar o indiciamento também por formação de quadrilha, também por negar a verdade à CPI, e isso vai aumentar a tua pena, no mínimo dobrar a tua pena. Porque tu estás nos dando a convicção de que tu fazes parte de uma quadrilha. Porque, na verdade,



se tu viesses aqui pra dizer: *Não, o negócio é o seguinte: o pessoal lá me pagou tanto pra eu levar esse carro de não sei onde pra não sei onde*, uma coisa assim, e abrisse o jogo, tu me davas a convicção de que alguém foi lá, pagou alguma coisa pra ti, pra tu lebares esse carro de um lado pro outro. Agora, se tu vens aqui e diz: *Olha, eu não quero falar nada e tal...* Quem é que não quer falar nada? É pra não comprometer outros. Se é pra não comprometer outros, é sinal de que existem outros junto contigo no crime. Se existem outros junto contigo no crime, é sinal de que vocês são uma quadrilha. E, sendo uma quadrilha, tu não vais ser mais tratado como alguém que participou de contrabando de arma, mas, sim, como uma quadrilha internacional de contrabando de arma, o que vai deixar muito mais pesadas as tuas penas. Então, a boa-fé ou má-fé que tu demonstrares aqui é fundamental pra tua vida, o que vai acontecer. Então raciocina nisso. Enquanto isso, o Deputado Luiz Couto quer fazer alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Além dessa prisão que você teve agora, Adriel, você foi preso alguma outra vez?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não responde a nenhum outro processo?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Você esteve em São Paulo? Além daquelas cidades que você mencionou lá do Paraná, onde você morou, esteve em Santa Catarina, em alguma cidade de Santa Catarina?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quais foram as cidades que você esteve?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Foi Itapoá.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Itapoá. E em São Paulo?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Em São Paulo, trabalhei na Capital em 94...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Trabalhava em quê?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Construção civil.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Construção. Além da Capital teve alguma outra cidade de São Paulo?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Teve, Rosana.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Rosana.



Pelo que aqui tem, você ia pro Paraguai, Ciudad del Este, não era? Além de Ciudad del Este, você esteve em alguma outra cidade do Paraguai?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Sobre isso eu não tenho nada a falar, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas esteve? O senhor pode dizer, que não tem problema nenhum. É onde você... Ou seja, em Ciudad del Este você esteve?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E alguma outra cidade do Paraguai? Já esteve na Argentina alguma vez?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Em Puerto Iguazu.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Puerto Iguazu.

Além do Paraguai e da Argentina, esteve em algum outro país: Uruguai, Bolívia?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não.

Alguma vez você viajou para a Região Centro-Oeste, para o Nordeste, ou ficou só naquela região?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Só naquela região.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Só na região.

Você disse que tinha lá em Foz do Iguaçu um posto de lavagem de carro? Como era o nome desse posto?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Foz Car Wash.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ah, esse...Você tem um irmão chamado Adrial ou não?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não. Quem é Adrial?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Adriel é ele.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Tem Adriel e tem Adrial. Porque tem aqui, olha, um comprovante de depósito de poupança do Banco do Brasil em nome de Adrial e depois tem... Talvez seja erro da... Por exemplo, além do Banco do Brasil, onde você tinha conta, que outros bancos você teve conta?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - BRADESCO.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - BRADESCO. Há aqui nos documentos, no auto de apresentação e apreensão, diversos cartões de visita. Era que você ia oferecer a esse pessoal o serviço de autolavagem? Por exemplo, você ia para o *camping* sediado em Assunción, Paraguai; empresa, táxi, passeios, com viagens ao Paraguai e Argentina. Eram pessoas que davam o cartão pra você ou era que você ia fazer algum negócio da sua firma com essas pessoas?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Sobre isso eu não tenho nada a falar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não quer dizer. Não quer falar. Poderia contribuir, Adriel. E, com certeza, nós verificamos que você, além do medo, está tenso, está estressado. E é certeza que você está preocupado com algo que lhe possa acontecer, com a sua família, porque quem estiver por trás de você, o que você falar, alguma coisa, poderá ter represálias contra você.

Quem é Laudicea Manfrin? Você conhece Laudicea Manfrin?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não? Foi encontrada no carro que você ia uma folha de cheque do Banco Itaú, na conta lá, pertencente a Laudicea Manfrin.

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - De que valor é esse cheque?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O valor... Não diz. Pertencente... É uma folha de cheque. É na conta 38576-6, agência 3839, pertencente a Laudicea Manfrin.

E Ademir R. Luiz Ivera conhece?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Conheço.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Conhece. Faz serviço pra você?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Não, eu comprei o posto dele.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ah, comprou o posto dele.

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - É o antigo proprietário.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É porque esse cheque de Laudicea teria sido emitido em favor desse Ademir.

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Ah, sim!

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, poderia ter repassado pra você esse cheque.

E a Caza El Pato, o que diz pra você? Esteve lá?



O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Não tenho nada a falar sobre isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas esteve, porque você tem uma nota fiscal; já está comprovado. Então, é melhor você falar, porque existe uma nota fiscal!

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ele não pode mentir.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Hein?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Pode perguntar porque ele não pode mentir.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É uma nota fiscal, olha. Tem uma cópia de uma nota fiscal da empresa Caza El Pato, sediada em Ciudad del Este. Ou seja, você não pode negar, porque aí é o seguinte: está a documentação em seu nome. Ou seja, você esteve lá na Caza El Pato, em Ciudad del Este? Comprou alguma coisa lá? *(Pausa.)* Hein? *(Pausa.)* Você não quer dizer, mas é o seguinte: está aqui. A nota está com descrição, valores, onde você comprou munições e petrechos para armas em 30 de 9 de 2005 — 2005. Então é um documento que você não pode negar. Ou seja, se você esteve lá nessa casa pra comprar em nome de outra pessoa, você diz aqui, quer dizer, a sua situação vai melhorar. Você não vai ser tão prejudicado. Mas se foi você mesmo que comprou isso aqui, aí é claro que a sua situação vai se complicar cada vez mais. Tenho algo que foi feita a apreensão que você, pra entrar e sair do Paraguai, não havia problema nenhum. Você tinha entrada e saída livre do Paraguai porque você tinha uma tarjeta de entrada e saída de estrangeiros, ou seja, era só apresentar que não havia problema nenhum. A tarjeta que foi apreendida pela Polícia pertencia a você?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Não tenho nada a declarar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não tem nada a declarar, mas o silêncio já faz declarar porque a documentação está aqui.

Qual a relação comercial que você teve com a empresa Ford Mix , sediada em São Paulo. Teve alguma?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Foi o carro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Hein?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Foi o carro.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O carro. Comprou lá. Então você não esteve em São Paulo só quando foi trabalhar lá na construção, mas você esteve lá depois pra comprar. Então é mais uma outra vez que você esteve lá em São Paulo.

Quando você ia pra São Paulo, ia de carro, ia de avião — como é que era — ou de ônibus?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - De ônibus.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - De ônibus. Tem uma outra casa lá no Paraguai que parecia ser bem freqüentada por você. É a Ruger Caza y Pesca Armas y Municiones, sediada em Ciudad del Este, Paraguai. Esteve nessa casa, nessa empresa?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Nada a declarar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nada a declarar. O silêncio já confirma que você lá esteve a serviço de quem ou a seu próprio serviço. Essa firma Ademir A. Taparo Construtor pertence a quem? Tem alguma relação familiar?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Meu irmão.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Seu irmão. Você esteve alguma vez em Pontal do Norte, Santa Catarina?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Esteve. Então, além daquele, esteve em...

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - É o mesmo Itapoá.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É o mesmo lugar. É o mesmo local. Pontal do Norte é o mesmo?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - É o mesmo lugar. É um bairro de Itapoá.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - De Itapoá. Muito bem. Essa empresa Móveis Videira, você comprou alguma coisa lá? Foi móveis pro seu posto? O que foi? Móveis pra casa? Móveis Videira, lá em Foz do Iguaçu.

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Não estou lembrado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não está lembrado, não.

E a Ismail Center?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Também não estou lembrado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Você, quando esteve em São Paulo, ficava hospedado no Hotel Riviera Ltda.?



O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Era? Quantas vezes você esteve nesse hotel?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Cerca de 2 vezes

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Duas vezes. Sabe mais ou menos o tempo que você esteve nesse hotel?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - O período?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Uma noite, no máximo 2.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Uma noite. Mas, assim, foi mês de dezembro, foi mês de janeiro?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Foi no mês que eu comprei o carro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ah, no mês que comprou. Qual foi o mês que comprou o carro?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Março ou abril.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Março ou abril. Então, você se hospedava nesse hotel. Você já conhecia esse hotel ou foi alguém...

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Não, é que é perto da empresa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ah, é perto da empresa! Aí indicaram pra você esse hotel. Muito bem. Você, alguma vez, esteve na cidade de Iguape, em São Paulo?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Passei lá.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ilha Comprida, esteve?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Ilha Comprida.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Esteve lá.

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E qual foi a relação com essa empresa que tem o nome lá da terra do Deputado Moroni, Ceará Materiais para Construção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sou um cidadão cearense. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Cidadão cearense, é. O que é que foi nessa loja? Foi fazer... Você era do tempo em que você trabalhava na construção?



O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Não, o meu irmão é que estava fazendo a obra lá na Ilha Comprida.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ah! Era, seu irmão, o Ademir.

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Está o.k. São Miguel de Iguaçu, você já esteve lá, no Paraná?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Fica perto de Foz de Iguaçu

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas esteve lá?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Só passei por lá.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Só passou por lá. Porque lá tem uma empresa chamada Grasmil...

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O que era que você comprava ou que...

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Não, os cartões de visita do posto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ah! Então, era em cartão de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só me permita...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois não, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O senhor perguntou se o hotel ficava perto de uma empresa. É essa Ford Mix? Era?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E aí o senhor comprou um carro lá, foi isso?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ah! É isso que eu queria saber. Está bom, obrigado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Essa Transcootour Táxi Especial, cliente preferencial no Rio de Janeiro. Você esteve no Rio de Janeiro?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Estive.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Esteve no Rio de Janeiro. E no Rio de Janeiro foi a passeio, ou foi a trabalho, ou foi...

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - A passeio.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Passeio. E lá no Rio de Janeiro você ficou hospedado em hotel ou em...

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Hotel.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Hotel. Qual foi o hotel que você esteve hospedado no Rio de Janeiro?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Não estou lembrado o nome.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não está lembrado. Ficou quanto tempo no Rio de Janeiro?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Fiquei 10 dias.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Dez dias. E não lembra o hotel? Mas sabe na região do Rio de Janeiro onde ficou? Qual foi?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Foi próximo ao Clube do Fluminense.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ah! Próximo ao...

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Clube de futebol.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... Clube do Fluminense. Deve ser, mais ou menos, Laranjeiras, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Laranjeiras.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Laranjeiras. Uma outra coisa: foi encontrado com você um cartão do BRADESCO, em nome de Juliana Rocha. Quem é Juliana Rocha?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Minha amásia. Minha amásia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ah! Sim. Isso. Então, era... Mas ficava o cartão com você. Você tinha a senha dela?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Não. Não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E por que você estava com o cartão?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Porque ela me deu o cartão para eu ficar com ele e estava com ele.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas você tinha acesso, podia saber, quer dizer, usar o cartão dela também nessa conta, não é? Só para ter uma outra questão. Uma coisa importante Adriel: o silêncio revela muita coisa, não é? E você teria oportunidade até para que você tivesse da parte desta Comissão, ou seja, solicitação para que o seu caso fosse considerado como alguém que está preso,



mas que quer colaborar e a gente percebe que a sua situação é uma situação de não querer falar, quer dizer, a voz engasgada, ou seja, depois você vai um pouco se soltando. É aquela proposta que o Relator, Deputado Paulo Pimenta, de que nós tiraremos toda a televisão daqui, ficaremos só nós, Parlamentares, para que você possa não incriminar você, mas que você possa contar como é que funciona esse esquema. Porque você foi preso com uma série de coisas no carro onde você estava. Então, se você quer mesmo colaborar com a CPI, ou seja, quer, também, ter da parte das autoridades, porque nós vamos encaminhar e dizer: Olha, o Adriel veio e colaborou, então estamos pedindo que, no caso dele, ele possa ser considerado como um réu colaborador. Mas isso necessita de que você diga: *“eu quero colaborar”*. O pior Adriel, é que a polícia vai rastrear tudo isso aqui e vai descobrir muito mais coisas, e aí pode prejudicar muito mais você, não é? Eu pergunto: você, hoje, está preso em que local?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Curitiba.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Curitiba. A Curitiba, você ia freqüentemente, não ia?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Só passava por lá.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Só passava? Só passava. Mas no primeiro momento, quando a Polícia Rodoviária Federal perguntou pra você — não é? —, você disse que era vendedor de máquina de sorvete. Você vendia máquina de sorvete em Cascavel?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Em catálogo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É? E que você ia para fazer serviço também em Curitiba. Então, não era só por acaso. Você ia lá, segundo a sua, a primeira... antes de eles identificarem lá que no carro tinha outras coisas você estava indo para vender máquina de sorvete em Cascavel e que estava indo para Curitiba. Freqüentemente, você ia a Curitiba?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não. Quantas vezes esteve em Curitiba, mais ou menos?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Umas 3 ou 4 vezes.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E ficava onde? Em casa de família?



O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Não, em Curitiba, eu nunca fiquei.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas ficava... E não dormia lá?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Teve uma ou duas vezes que eu dormi lá no Hotel Cristo Rei, perto da Rodoviária.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Hotel Cristo Rei, perto da Rodoviária. Era isso, Sr. Presidente. Estamos fazendo este apelo ao Adriel para que ele...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Deixe eu ajudá-lo, Deputado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... possa, então... Tentei abrir um pouco esse espaço. Quer dizer, e agora retorno a palavra a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o nobre Deputado Paulo Pimenta

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Vou te dar mais uma oportunidade, Adriel. Para ver se tu te dispões a falar a verdade. Quem é o Azulão, hein? Azulão.

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Não tenho nada a declarar sobre o caso, não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não tem nada a declarar a respeito do Azulão. Não? E o Zecão, hein?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Também, não tenho nada a declarar, não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não tem nada a declarar. Quantos quilômetros fica Cascavel da fronteira?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Cento e sessenta, 170, por aí.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quando tu estavas em Cascavel tu ias seguido ao Paraguai?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Eu tenho uma irmã que mora em Foz do Iguaçu.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim, mora em Foz do Iguaçu, eu perguntei do Paraguai.

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não ia? Tem 20 registros de passagem do teu carro de julho até outubro; em julho, agosto e setembro, em 90 dias tu foste 20 vezes ao Paraguai.

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Paraguai?



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Tem 20 passagens.

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Paraguai, não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não? Quantas vezes tu foste?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Posso ter ido até Foz do Iguaçu. Paraguai, não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Até Foz do Iguaçu. Para o lado de lá não passavas. Tu não estás disposto a colaborar? Tu estás com medo é desse Zecão aí, do Azulão, esses caras aí, ou para quem é que tu trabalhas? Heim?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Não tenho nada a declarar sobre o caso, não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Comprou esse carro, montou o negócio, tudo trabalhando de pedreiro, não foi isso? Um bom carro, montou um negócio. Foi isso?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Não tenho nada a declarar, não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É lamentável, Adriel. Porque nós vamos ter que te enquadrar junto com os teus comparsas. Porque, pelo menos, a nossa vontade aqui era de acreditar que tu eras uma mula, não é? Desses que andam de um lado para o outro carregando arma e munição ganhando um troco para fazer carreto para os outros. Mas, infelizmente, o padre mesmo mostrou até a nota fiscal de onde ele... Ele disse que ele achou que carregava material de informática com uma nota de compra de arma e munição dentro do carro, em nome dele, não é? Quer dizer, está na cara que ele teve um envolvimento muito maior do que ele aparenta, não é? Acho que agora com a quebra dos sigilos bancário e telefônico dele isso vai permitir à polícia também ter toda as conexões, inclusive revelar que ele estava mentindo aqui, para que a gente possa inclusive enquadrá-lo em outros delitos, não é?

De minha parte é isso, Sr. Presidente. Lamentavelmente, não há nenhuma disposição por parte da testemunha em colaborar com nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o nobre Deputado Bosco Costa.

O SR. DEPUTADO BOSCO COSTA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, não precisa ser inteligente ou muito inteligente, é óbvio que o interesse



desta Comissão, desta CPI era ouvir o Adriel, em virtude de estar muito explícito aqui no auto de prisão em flagrante, que ele não é nenhum inocente. Agora, é óbvio, como ele falou, o advogado dele o orientou para que ele não falasse. Sem dúvida alguma, Adriel, o prejudicado hoje aqui é V.Sa. Porque a CPI não tem nenhum interesse em prejudicá-lo unicamente. É justamente o que o Relator, o Presidente e o Deputado Luiz Couto falaram: o interesse da CPI é chegar aos verdadeiros traficantes de armas. Dá para perceber que V.Sa. fazia essa ponte Paraguai—Santa Catarina—Paraná—São Paulo—Rio de Janeiro. Acredito eu que V.Sa. está se prejudicando, prejudicando sua família, porque há nomes de sua mãe, de seus irmãos aqui como empresários.

Tenho certeza absoluta, tanto a CPI, Sr. Presidente, Sr. Relator, como a Polícia Federal têm vários subsídios para incriminar mais o Adriel, para convocar a família dele que, sem dúvida, deverá também estar envolvida. E é óbvio que essas empresas, cujos cartões ele os transportavam, sem dúvida alguma, são mais subsídios para que a Comissão, a CPI possa averiguar esse crime organizado que, dá para perceber, perfeitamente, estava ou está atuando do Rio de Janeiro para chegar no Paraguai.

Era este o registro que queria fazer e dizer mais uma vez que lamento, porque naturalmente o advogado dele deverá estar sendo pago pelos medalhões e, sem dúvida alguma, eles querem ou estão pensando em ficar isentos e incriminar apenas o Adriel, que pouco falou e muito pouco contribuiu para esta reunião na CPI.

Era este o nosso comentário. Não adianta fazer pergunta porque, na verdade, boi não dá leite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agradecemos ao nobre Deputado Bosco Costa a intervenção.

Fica claro também para nós, desta Comissão, que já estamos acompanhando os depoimentos desde o início do trabalho desta CPI, o problema que nós temos, Sr. Presidente Moroni, com a fronteira do Paraguai. Enquanto o Governo brasileiro — e eu quero aqui chamar a atenção novamente das Forças Armadas — não tomar uma providência em relação às fronteiras brasileiras, principalmente com o Paraguai e o Uruguai, nós vamos continuar com esse problema do tráfico de armas no Brasil, porque do jeito que estamos percebendo que entra trigo no Brasil importado, está



entrando arma, está entrando munição, está entrando droga, e o caminho praticamente sempre é o mesmo. É ali na fronteira com o Paraguai, no Paraná, no Rio Grande do Sul com o Uruguai, com a Argentina, a tríplice fronteira e ninguém toma providência.

Nós estamos trabalhando; o Parlamento está tomando a sua providência; a Polícia Federal tem atuado nos locais onde é permitida a sua atuação, mas estamos percebendo que precisamos de uma atuação integrada da Polícia Federal com o Exército, com a Marinha, porque todo mundo — pelo que estamos percebendo —, a maioria dos que viajam para buscar munição do Paraguai, na verdade eles ficam em Foz do Iguaçu hospedados nos hotéis, fazem as encomendas e as encomendas chegam aos hotéis, chegam às garagens, já chegam dentro dos carros, os carros já vêm prontos. Eles deixam o carro lá no estacionamento e à noite o carro já vem preparado, já com tudo escondido e o motorista só entra no carro novamente e segue ali o seu itinerário.

E o outro problema sério é a questão do lago que a polícia sabe, eu tenho certeza que tanto a Polícia Civil, Federal e os que atuam em Foz do Iguaçu sabem que o lago que faz a fronteira Brasil/Paraguai é o lago utilizado para atravessar, porque ninguém iria passar com esse monte de munição na Ponte da Amizade. Poucos têm coragem de fazer isso. Mas as armas e as munições passam pelo lago, na travessia à noite, nas embarcações que cruzam o lago. E nós não temos condições, não temos ali capacidade humana para dar segurança e conseguir fazer o cerco ao lago. Precisamos contar, sim, com o apoio das Forças Armadas, temos que fazer o Governo entender que se nós não combatermos o tráfico de armas lá na fronteira nós vamos continuar enfrentando problemas, como enfrentamos no Rio de Janeiro, ontem. Uma guerra civil praticamente — um ônibus incendiado, superlotado, uma criança de 2 anos morreu incendiada dentro do ônibus, a ação desenfreada dos traficantes que acham que pode tudo hoje no Brasil.

Então, Sr. Presidente, eu tenho certeza de que esta Comissão está fazendo o seu papel, estamos tomando os depoimentos, estamos buscando informações, mas é importante que a gente consiga fazer com que o Governo, o Ministério da Justiça juntamente com o Ministro da Defesa possam se encontrar e, juntos, com a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o tráfico de armas no Brasil,



encontrarmos uma forma de ação integrada. Hoje nós temos milhares de soldados nossos no Haiti combatendo a guerrilha civil e aqui estamos vivendo uma verdadeira guerra civil e aqui eles não podem atuar. Então, acho que essa defesa, que sempre foi feita de que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica não foram feitos para cuidar da área urbana, concordo, mas da fronteira eles têm obrigação de cuidar.

Sr. Presidente, retorno a palavra para V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado. Agradeço ao Vice-Presidente Neucimar Fraga.

Deixe-me explicar algumas coisas que muitas vezes ele não entende. Adriel, tu estás nesta CPI com uma chance para poder te ajudar, se tu não queres te ajudar, nós não precisamos saber grande coisa de ti, não. Por exemplo, eu já sei que tu atuas na fronteira um bom tempo, eu já sei, pelos cartões de visita que tu tens, as lojas do Paraguai que estão vendendo armas ilegalmente.

Por exemplo, essa Caza El Pato, está vendendo ilegalmente, essa empresa Camping 44, que é ligada inclusive a duas outras, que eram as maiores fornecedoras de armas ilegais para o Brasil. Uma das duas inclusive sumiu e essa Camping 44 assumiu no lugar dela. Quer dizer, pelo que tu tens aqui tu estás comprovando tudo o que nós temos. Por exemplo, taxis passeios, é justamente para buscar mercadoria tanto no Paraguai quanto na Argentina, tu pegas um táxi, vai lá, busca mercadoria, traz, forra o teu carro e leva para outro canto. Já sei que tu fazias rota de Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, pelo que está aqui, pelo que está acontecendo, porque quando chega àquilo que é comprometedor, tu calaste. Tu falaste sobre tudo, aí quando chega àquilo que te compromete, tu calas.

Então, praticamente tu estás dizendo: *“Olha, esse aí é vendedor de arma, esse aí é o meu ponto para venda de arma, esse aí é o meu ponto de encontro”*. Agora, o que nós poderíamos saber. Agora, tu deixaste uma dúvida com relação à tua família e à pessoa inclusive que tu chamas de esposa, que é a Juliana. Ela é casada contigo?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Só mora junto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só mora junto contigo, quer dizer, tu estás deixando a dúvida se ela está na quadrilha ou não. O tráfico que tu vens fazendo é um tráfico pesado, não é leve não. São 12.600 cartuchos e de



munição de grosso calibre, que é a 762 — aquela garrafinha que vai para fuzil, a 45, de grande impacto, que tanto serve para metralhadora quanto serve para pistola, que é a 9 milímetro, que tanto serve para metralhadora quanto serve para pistola; 20 carregadores de 762, quer dizer, não é brinquedo. O tráfico que estava sendo feito aí não é brinquedo não. Agora, se tu não queres ajudar mais, tu já estás dizendo. Por exemplo, no Rio de Janeiro, a Transcotoour, esse deve ser o taxi que tu pegas para ir fazer a entrega das armas ou coisa parecida. Esses outros lugares que tu tens aqui são lugares... Hotel Riviera, inclusive a resposta que o Hotel Riviera deu não é aceitável, não. O Hotel Riviera diz: *“Não, foi comprado agora e eu não tenho maiores detalhes sobre isso.”* Quer dizer, já mostra que estão tentando esconder também. Esse Hotel Riviera deve ser ponto de encontro de traficante, porque a resposta que deram aqui no processo foi ridícula. Eles disseram: *“Não, nós compramos o hotel agora, então, não temos mais informação”*. Qual é o hotel que não vai ficar com o cadastro de hóspede, mesmo não sendo vendido. Quer dizer, o cadastro de hóspede continua, é fundamental ter o cadastro de hóspede, porque se não tiver o cadastro de hóspede como é que ele vai continuar ali, inclusive incentivando tudo.

Então, tudo que tem aqui já mostra o tráfico de armas que tu estavas fazendo e a tua atitude mostra que isso não é uma atitude individual, que isso é uma quadrilha organizada entre a fronteira ali do Paraná, tanto com a Argentina quanto com o Paraguai, e que tem também base em Curitiba, que tem base em São Paulo, que tem base no Rio de Janeiro, pelo número, por tudo que tu fizeste.

Agora, a última oportunidade que tu tens de falar, se tu quiseres falar reservado, se não quiser, também não faz a mínima diferença para mim, vai fazer para ti toda a diferença. Então, é a última oportunidade para tu mostrares que entrou de boa-fé nisso, senão tu és um dos membros da família. Vou pedir um aditamento de denúncia no sentido de que seja colocada a formação de quadrilha e que seja colocado também o fato de negar a verdade à CPI. Então, é a última chance que tu tens. Tu queres falar alguma coisa? *(Pausa.)* Quer dizer, tu preferes lascar a tua família, lascar a ti mesmo? Tu estás com medo de quê? *(Pausa.)* Tu estás com medo de quê? Que a organização te prejudique? É isso? *(Pausa.)* Estás com medo de que haja um prejuízo pela organização para ti?



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, eu queria só para... A Adriana Colpani, você conhece essa pessoa?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Conheço.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quem é?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Ela mora em Cascavel.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Cascavel. Há um cheque, há um depósito que você fez em nome dela.

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - A minha mulher fez.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A sua mulher, está bom. Agora, uma outra coisa que eu queria ver com você, só para entender. A ADC Motors Ltda.

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - ADC?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É. Pode ser ADC ou pode ABC Motors, é que você tinha uma cópia do contrato social com essa empresa.

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - ABC Motors.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ABC Motors, foi onde comprou o carro também?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Foi.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É lá em São Caetano?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - São Caetano, é a mesma empresa da Mix.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É onde você comprou o veículo GM Astra?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - São Caetano do Sul, porque lá está ABC e aqui está ADC. E você emitiu o cheque em favor de Castagnaro & Moraes Ltda. Era também firma que você tinha ligação com o seu comércio?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Não lembro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não lembra. E Auto Posto Pegoraro?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - É que eu abastecia o carro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É onde você abastecia o carro, certo. E, finalmente, a última pergunta: você alguma vez usou arma, Adriel?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nunca teve porte de arma?



O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não sabe atirar, nem nada?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agora, a última pergunta que eu quero fazer para ti, depois nós vamos te dispensar, mas eu quero saber o seguinte: quanto te pagaram quanto para fazer esse transporte?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Das armas? Cinco mil reais, iam pagar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Iam pagar 5 mil reais para tu fazeres o transporte. E quem eram essas pessoas?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Sobre isso eu não tenho nada a falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sobre isso tu não queres falar? Tu tens medo deles, dos que iam te pagar? (*Pausa.*) Quer dizer, iam te pagar 5 mil reais para tu fazeres o transporte até São Paulo, era?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - A princípio era até Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas podia ir até São Paulo.

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Podia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Podia ir até São Paulo. Eles são vinculados ao PCC, esse pessoal?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Hein?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu não sabes? Porque São Paulo, provavelmente, está no esquema do PCC, que é o que domina esse... Ele sabe quem são, tanto é que ia pagar a eles, mas ele está com medo desse pessoal. Então... Eles não são de Foz, não é? São?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Devem ser de São Paulo mesmo. Isso pode dizer. Não tem problema. Não está dizendo o nome de ninguém. Eles são de São Paulo ou do Rio?

O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Acho que são paulistas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas eles foram a Foz ou te ligaram, como é que isso que é feito?



O SR. ADRIEL JOSÉ TAPARO - Eles me ligavam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eles te ligam. Sobre como aconteceu isso. Rapaz, o que eu não acredito é o seguinte, tu acreditas mais que eles podem te defender do que nós todos aqui te defendermos. E, na verdade, eles não estão com interesse nenhum de te defender, eles estão com interesse de te lascar. Enquanto nós ouvimos o Ney, eu vou deixar tu ali pensando um pouco, aí depois o Vice-Presidente e o Relator dão um pulo lá para saber se tu ponderaste um pouco e resolveste trabalhar por ti e por tua família em vez de trabalhar por esses quadrilheiros aí, o que não tem vantagem nenhuma. Eu vou te dispensar, então, mas fica ali do lado, fica pensando, daqui a pouco o Vice-Presidente e o Relator vão lá. Então, está dispensado. Podem levá-lo, por favor. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vamos passar a outro item da pauta, antes de ouvirmos mais um convocado, o Ney.

Item nº 1.

Requerimento nº 168, de 2005, do Deputado Moroni Torgan, que solicita seja convocada na qualidade de testemunha a Sra. Daltinéia da Rocha Santana para prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Com a palavra o autor do requerimento, nobre Deputado Moroni Torgan.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - A Sra. Daltinéia foi uma das pessoas que estavam arroladas naquela operação em que foram presas em Araçatuba 10 submetralhadoras, 8 fuzis, 4 espingardas, 4 pistolas, 2 revólveres, 2 granadas, 1 lançador de granadas, 1 silenciador, 6 mil munições. Então, em razão disso é que está sendo convocada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, coloco-a em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Item 2 da pauta.

Requerimento nº 169, de 2005, do Deputado Moroni Torgan, que solicita seja convocado, na qualidade de testemunha, o Sr. José Molina Neto para prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.



Com a palavra o nobre Deputado autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Bom, ele tinha uma Saveiro na casa dele, em que estavam escondidas, nessa mesma operação, várias dessas peças que foram apreendidas. Conseqüentemente, é um também para prestar esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em discussão a matéria.
(Pausa.)

Encerrada a discussão, coloco-a em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam com se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Item 3 da pauta

Requerimento nº 170/2005, do Deputado Moroni Torgan, que solicita seja convocado, na qualidade de testemunha, o Sr. Edgar dos Santos Silva para prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Com a palavra o nobre Deputado autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Faz parte da mesma operação e do mesmo pessoal que foi apreendido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em discussão a matéria.
(Pausa.)

Encerrada a discussão, coloco-a em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam com se encontram. (Pausa.)

Aprovada a matéria.

Item 4 da pauta

Requerimento nº 171, de 2005, do Deputado Moroni Torgan, que solicita seja convidado o Sr. José Roberto Lopes, Delegado da Polícia Civil de Araçatuba, São Paulo, titular da Delegacia de Investigações Gerais, para prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Com a palavra o nobre Deputado autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Foi um dos coordenadores da operação. Então, é para podermos falar sobre a operação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em discussão a matéria.

Encerrada a discussão, coloco-a em votação.



Os Deputados que a aprovam permaneçam com se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Item 5 da pauta

Requerimento nº 172, de 2005, do Deputado Moroni Torgan, que solicita seja convidado o Sr. Carlos Alberto Coelho Salesse, Capitão da Polícia Militar de Araçatuba, para prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - O Capitão Salesse foi um dos executores da operação. Então, ele é convidado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, coloco-a em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam com se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Não sei se há amparo do Regimento, mas gostaríamos de requerer a quebra de sigilo da testemunha que acabou de depor: Adriel José Taparo. Vamos materializar o requerimento, mas queremos o apoio e a aprovação da Justiça Federal de Guarapuava, no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Esta Comissão informa que os requerimentos de quebra de sigilo bancário têm de ser feitos a esta Comissão. E com certeza serão incluídos na pauta da próxima sessão.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - De acordo. Obrigado, Sr. Presidente. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Vice-Presidente Neucimar Fraga, que tem sido também de grande ajuda, sempre, nesta CPI, junto com todos os membros e Relatores.

Gostaria de dizer apenas uma coisa. Muitas vezes, quando alguém vem à CPI, damos a essa pessoa a oportunidade de falar, principalmente quando está presa, inclusive para mostrar boa vontade e para ver se na verdade pode ter algum



tipo de benefício legal para sua pena, se resolver auxiliar. A possibilidade de auxiliar sempre é mínima: em torno de 10%, 15%. Já no caso dessa próxima testemunha, o Ney, quanto à possibilidade de auxiliar a CPI, coloco 0,5% de chance. Acho que a vinda dele é muito mais para alertar a sociedade do perigo que é essa quadrilha, porque ela continua organizada, continua traficando armas, munições e drogas. E infelizmente ainda temos muitos presídios com verdadeiros escritórios do crime. Quer dizer, não adianta somente colocarmos as pessoas na cadeia. Para que entendam, se conseguirmos tirar alguma coisa, ótimo, não tem problema. Se não conseguirmos, pelo menos estaremos fazendo o trabalho de aqui estarmos alertando a sociedade de que essa quadrilha continua agindo, de que essa quadrilha continua forte, de que essa quadrilha, que foi presa com 700 fuzis — quer dizer, não foi 1 nem foram 2, mas sim 700 fuzis —, tinha um acordo com as FARC da Colômbia no sentido de plantar hectares e hectares de coca. Eles estavam plantando hectares de coca lá e estavam mandando armas para a Colômbia, cocaína — ele e o Ney —, especialmente para o Sul do País. Mas, segundo informações que ouvimos em vários outros depoimentos, ele continua traficando até hoje para o Sul do País e coordenando de dentro da cadeia. E nós vimos que esse negócio de não ter celular na cadeia é uma piada.

Aliás, estamos em uma pendência com a ANATEL de fazer aquela reunião para ver que tipo de atitude podemos tomar. Não me lembro se houve uma designação específica sobre essa reunião. Vou pedir outra cadeira aqui depois, porque já vai ficar a Deputada Laura Carneiro.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu queria só fazer uma sugestão ao nobre Relator, que conhece muito bem o Ney Machado — foi objeto de investigação da CPI sobre o crime organizado no Rio Grande do Sul. Por ocasião das audiências na cidade de Ney Machado, foram efetuadas 34 prisões, Sr. Presidente, em flagrante e outras atendendo a determinações da Justiça. Está prestes a ser colocado em liberdade o piloto César Nunes, comparsa do Ney Machado, do Fernandinho Beira-Mar e do outro piloto, Sílvio Berri Júnior. A informação de que disponho é que ele já cumpriu uma parte da pena. Além da vinculação com o Ney Machado, Deputado Paulo Pimenta, ele ainda é acusado, sem que tenha havido prova disso — não foi condenado —, pela morte



do vice-presidente do Aeroclube de Passo Fundo, coisa que ele sempre negou. Mas, Sr. Presidente, esse piloto foi ao Paraguai, pilotou o avião lá — avião do aeroclube. Quando retornou, o presidente do aeroclube o afastou das funções de instrutor e, curiosa e tragicamente, apareceu morto alguns dias depois. Foi assassinado por garotos, nas ruas de Passo Fundo, a mando desse piloto que está prestes a ser colocado em liberdade ou do Ney Machado, que está preso. Queria só alertar o Sr. Relator, que, sei, não precisa disso, porque conhece bem a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só para termos... Expliquei, Deputada Laura, que muitas vezes convidamos pessoas assim para não deixar cair no esquecimento esse tipo de organização. Não é nem pelo tipo de colaboração que ela vai poder dar, pois temos 0,05% de chance de que dê alguma colaboração. Mas temos vários Deputados que conhecem essa organização. Mesmo que não venham a responder nada, no transcorrer... Vamos colocar para a população tudo isso, e na frente dele. Acho importante colocarmos tudo isso, porque são organizações desse tipo que mataram agora 5 pessoas, incendiando um ônibus no Rio de Janeiro.

Quer dizer, uma coisa brutal, uma coisa sem sentido. E são organizações ligadas. O Comando Vermelho, por exemplo, é ligado diretamente a essa organização do Ney Machado. É ligado diretamente a ele. E nós vimos agora um outro que está ligado ao PCC. Veja, segundo ele mesmo... Só pela atitude dele, quando se falou em PCC, já se viu que há uma ligação com o PCC. E, numa remessa só, carregando 12 mil projéteis, 20 carregadores de 762!

Quer dizer, acho que isso é importante. Claro, essas investigações vão continuar com a Polícia Federal, com a CPI. Por isso, digo que, ano que vem, teremos ainda muito trabalho pela frente em operações que devem ser realizadas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O importante, Sr. Presidente, é que, quando ouvimos o delegado de São Paulo e tivemos a cópia do estatuto do PCC, constava lá que o PCC é coligado com o Comando Vermelho. Então, há uma coligação entre eles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Exatamente. Já estão se coligando no Brasil, inclusive. Um cuidando de tráfico, outro cuidando de assalto a banco, assalto a carro-forte, seqüestro. Quer dizer, o pessoal do crime está se organizando cada vez mais. E nós precisamos unir e organizar a sociedade como



um todo para podermos enfrentar o problema com maiores chances e tentarmos diminuir essa violência que estamos vendo.

Por isso, acho que é muito mais importante a participação dos Deputados agora na oitiva do Ney Machado do que propriamente o que ele vai dizer. Acho que vamos dizer muito mais por ele, para alertar a sociedade do risco e alertar as autoridades também de que não podem colocar em liberdade pessoas desse nível, de que essas pessoas devem continuar fora de circulação e, de preferência... Parece que só temos um presídio adequado, de Presidente Bernardes. Estávamos precisando que houvesse outros presídios, como o de Presidente Bernardes, para adequarmos a isso. Acho que é até um apelo aqui para que, tanto Governadores como Presidente, possamos fazer... Acho que aqui não é apelo partidário, não, é apelo suprapartidário para que tenhamos presídios adequados para colocar os chefões do crime organizado, e, sem dúvida nenhuma, o Ney, que vai ser ouvido agora, é um deles e provavelmente vai vir para fazer a mesma coisa que o outro fez e dizer: *“Não, não quero me... e tal”*. Mas, nós vamos falar por ele, para alertar a população sobre o risco que estamos correndo ainda e sobre o problema de estarem usando os presídios como verdadeiros escritórios do crime organizado.

Então, feitas essas ressalvas... Não sei se alguém mais quer fazer alguma ressalva, se não, vamos chamar, então, o depoente, o criminoso Ney Machado. O Ney Machado, para se ter idéia, era o braço direito de Fernandinho Beira-Mar. Foi preso na Colômbia junto com o Fernandinho Beira-Mar, foi repatriado de lá para cá, e lá ele estaria prestes a ser solto quando foi repatriado. Felizmente uma ação das CPIs não permitiu que ele fosse solto lá.

O senhor é Ney Machado, correto?

O SR. NEY MACHADO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Toda testemunha que vem para cá, se quiser — é deferência da testemunha — presta o juramento de dizer a verdade. V.Sa. gostaria de prestar esse juramento?

O SR. NEY MACHADO - Não, não tenho nada a declarar. Não vou fazer juramento também não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não vai fazer...



O SR. NEY MACHADO - Para começar, não vou declarar nada. Vou me manter em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - V.Sa. tem o direito de se manter em silêncio só quando aquilo que lhe for perguntado for auto-incriminá-lo. Quando aquilo que lhe for perguntado não for alguma coisa para auto-incriminá-lo, numa CPI, V.Sa. não tem o direito de manter o silêncio.

O SR. NEY MACHADO - Mas eu vou me manter em silêncio. Não vou falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque aqui é como se fosse o Poder Judiciário para investigação.

O SR. NEY MACHADO - É, eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - V.Sa. já depôs numa CPI anteriormente?

O SR. NEY MACHADO - Não, não depus e não vou depor também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Nunca depôs numa CPI anteriormente?

O SR. NEY MACHADO - Não. Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - V.Sa. está preso por que capitulação?

O SR. NEY MACHADO - Eu estou preso porque me extraditaram da Colômbia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Extraditaram-no da Colômbia?

O SR. NEY MACHADO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas o senhor é brasileiro?

O SR. NEY MACHADO - Sou brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas ficou muito tempo lá, porque está com sotaque de...

O SR. NEY MACHADO - Fiquei, quase 5 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quase 5 anos lá?

O SR. NEY MACHADO - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E aí pegou o sotaque do espanhol, lá.



O SR. NEY MACHADO - Ah, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E V.Sa. foi preso na Colômbia?

O SR. NEY MACHADO - Fui preso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E por quê?

O SR. NEY MACHADO - Não, isso aí, eu não tenho nada a declarar. Fui preso na Colômbia, fui extraditado e fui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas foi preso para extraditar para cá, foi isso?

O SR. NEY MACHADO - Para a extradição. Foi isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ah, tá.

O SR. NEY MACHADO - E fui extraditado para ser julgado em 2 processos aqui no Brasil e vou responder por esses 2 processos. E não tenho mais nada a declarar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, mas quais eram os artigos desse processo?

O SR. NEY MACHADO - Processos denunciados por narcotráfico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Por narcotráfico? Mas da Colômbia para cá, o que eu não estou entendendo é isso.

O SR. NEY MACHADO - Fui extraditado da Colômbia para cá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, mas o senhor foi indiciado no Brasil por narcotráfico. Mas o senhor estava na Colômbia. Como é que o senhor conseguiu ser traficante no Brasil se estava na Colômbia?

O SR. NEY MACHADO - Não, eu não sou traficante. Estou respondendo processo por narcotráfico. Não sou narcotraficante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só para entender. Como é que o senhor responde processo no Brasil se o senhor estava na Colômbia? Quer dizer, por que aqui no Brasil?

O SR. NEY MACHADO - Não. Vim para Colômbia, fui extraditado para o Brasil; e estou respondendo agora aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não. Isso eu entendi. Eu não entendi... O senhor estava na Colômbia.



O SR. NEY MACHADO - E me prenderam na Colômbia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não. Vamos raciocinar juntos aqui. O senhor estava na Colômbia, por 5 anos, segundo o senhor disse, mas o senhor está respondendo a um processo no Brasil. Como é que o senhor pode estar no Brasil e na Colômbia ao mesmo tempo, é isso o que eu quero entender.

O SR. NEY MACHADO - Não. Agora que eu estou respondendo. Faz um mês que cheguei ao Brasil; fui a uma audiência; e estou respondendo por 2 processos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim. Mas é alguma coisa que lhe imputaram antes de o senhor ir para a Colômbia, é isso?

O SR. NEY MACHADO - Antes. Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ah, é isso o que eu queria entender. Antes de ir para a Colômbia lhe imputaram então esse tráfico, é isso? Está certo. O senhor conhece o Relator?

O SR. NEY MACHADO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não conhece? Eu vou passar a palavra para o Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Se eu não estou equivocado, Presidente, o processo a que ele responde é o processo da CPI. Não é isso? A CPI do Rio Grande do Sul.

O SR. NEY MACHADO - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Que tu foste depor em Passo Fundo agora.

O SR. NEY MACHADO - Esse eu fui depor para a CPI.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A CPI da Assembléia Legislativa.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - O outro processo é pelo episódio de Vacaria, não é? Você está denunciado.

O SR. NEY MACHADO - Estou respondendo a um processo de Vacaria e a outro da CPI.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Exatamente. Esse processo de Vacaria é arma ou é tóxico?

O SR. NEY MACHADO - Estou denunciado lá por droga.



O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Por droga. Mas não tinha envolvimento de arma também?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Bom, esta CPI que foi criada tem o objetivo de investigar as organizações criminosas e fundamentalmente aquilo que diz respeito à questão do tráfico de armas e entrada ilegal de armas no País. Temos um conjunto de informações que revelam a ocorrência de uma dinâmica em que armas eram levadas do Brasil via Uruguai, armas provenientes do Paraguai; e essas armas eram utilizadas como moeda de troca para aquisição de drogas da Colômbia.

O que o senhor tem para nos falar a respeito disso?

O SR. NEY MACHADO - Nada a declarar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O senhor tem conhecimento desse fato?

O SR. NEY MACHADO - Nada a declarar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nós temos um conjunto de informações relativas ao trabalho desenvolvido pela Polícia Federal, pela própria Interpol, que revela uma participação direta do senhor, associada a outros criminosos, como o próprio Fernandinho Beira-Mar, no envio de drogas para o Brasil. Drogas essas que eram adquiridas — repito — com drogas que eram utilizadas como moeda de troca para a sua aquisição.

O que o senhor tem a declarar a respeito disso?

O SR. NEY MACHADO - Nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu tenho uma curiosidade: Por que lhe chamam de Pitoco?

O SR. NEY MACHADO - Não tenho nada a declarar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não. Mas aí é só questão de nome.

O SR. NEY MACHADO - Mas não tenho nada a declarar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É só uma questão de nome.

O SR. NEY MACHADO - Meu nome é Ney Machado. Não tenho nada mais a declarar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, mas por que te chamam de Pitoco?

O SR. NEY MACHADO - Não sei, ninguém me chama por isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É só uma curiosidade.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Presidente, V.Exa. me concede a palavra? Vou fazer um aparte, então. Eu queria — se V.Exa. me permitir, Relator — dizer que alguns Deputados desta Comissão, especialmente, o Deputado Moroni, que era o Relator-Geral, e eu, que tive a oportunidade de relatar, especificamente, o caso Fernandinho Beira-Mar, ouvimos muito falar em Ney Machado, ou Pitoco. Se você não quiser dizer que é Pitoco, também, não faz muita diferença, porque as gravações eram do nome. Esta CPI não vai tratar da questão das drogas. A CPI das drogas já tratou da sua matéria, tanto que alguns estão presos, dentre eles o senhor, o Sr. Fernandinho Beira-Mar e outros tantos. Esta CPI tem o objetivo de tratar da questão das armas. E não adianta pedir a sua colaboração. Mas nós queríamos apenas que o senhor pudesse, de alguma maneira, auxiliar-nos no nosso trabalho — vamos dizer que é isso. O senhor esteve nas FARC. O senhor foi encontrado em território das FARC. Não é verdade?

O SR. NEY MACHADO - Não tenho nada a declarar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas foi encontrado no território das FARC.

O SR. NEY MACHADO - Não tenho nada a declarar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor foi preso onde?

O SR. NEY MACHADO - Não tenho nada a declarar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor não foi preso?

O SR. NEY MACHADO - Não tenho nada a declarar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - E por que a algema?

O SR. NEY MACHADO - Não tenho nada a declarar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor deve ter sido preso, porque, senão, não tinha algema nem estava sendo convocado como preso. Quer dizer, nem tinha os direitos de um preso. Se o senhor foi preso — e foi preso em território colombiano, conforme o senhor diz — a minha pergunta é simples: esse território é do governo colombiano, era território dos paramilitares ou é território das



FARC? É só uma questão geográfica. Não o compromete em nada. A pergunta é simples. O senhor podia responder?

O SR. NEY MACHADO - Não. Não tenho nada a declarar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Bom, supondo que, pela documentação recebida, o senhor tenha sido preso em território das FARC, o senhor conhece algum membro, sabe o que é essa organização, já ouviu falar?

O SR. NEY MACHADO - Nada a declarar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor nunca ouviu falar nas FARC.

O SR. NEY MACHADO - Nada a declarar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O senhor nunca ouviu ou nada a declarar?

O SR. NEY MACHADO - Nada a declarar.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, o senhor pode até ter ouvido, estou certa? Quem não declara é porque pode ter ouvido.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Posso pedir um aparte do aparte?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Claro. É democrático.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Ney Machado, para quem te conhece, esse sorriso irônico é uma novidade.

O SR. NEY MACHADO - Ah, não posso sorrir, então?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Não.

O SR. NEY MACHADO - Não. Vou chorar aqui.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Não. Todo mundo está te tratando com respeito...

O SR. NEY MACHADO - Eu estou tratando com respeito também. Quer que eu chore aqui?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Não, não. Não há necessidade de chorar. Há necessidade de você ter o comportamento normal. Eu pergunto: você está depondo aqui na CPI acompanhado de seu advogado?

O SR. NEY MACHADO - Não tenho nada a declarar.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Não. A CPI precisa saber se tu tens advogado ou não. Quem é o seu advogado?



O SR. NEY MACHADO - Não tenho nada a declarar.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Por que razão você usa essa expressão “não tenho nada a declarar”?

O SR. NEY MACHADO - Vou ficar em silêncio. Tenho o direito. Vocês não vão me obrigar a falar o que eu não quero, entendeu?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Claro, é evidente.

O SR. NEY MACHADO - Eu tenho o direito de me manter em silêncio e vou ficar em silêncio. Não tenho nada a declarar.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Quer dizer que a ironia, o sorriso irônico não é nada disso. Eu interpretei mal.

O SR. NEY MACHADO - Não tenho nada a declarar.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Perfeito. Você torcia para o 14 ou para o Gaúcho lá em...

O SR. NEY MACHADO - Não tenho nada a declarar.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Você foi patrão do CTG lá em Passo Fundo, não foi?

O SR. NEY MACHADO - Vou ficar em silêncio. Não tenho nada a declarar. Não perca o seu tempo que eu não vou declarar nada.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Em Charqueadas você reencontrou César Nunes? César Nunes foi seu piloto alguma vez?

O SR. NEY MACHADO - Não tenho nada a declarar.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Ele está preso ou ele está solto?

O SR. NEY MACHADO - Não tenho nada a declarar, Deputado.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Faço novamente a pergunta: o seu advogado está presente na CPI ou não?

O SR. NEY MACHADO - Não tenho nada a declarar.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Isso não te compromete em nada.

O SR. NEY MACHADO - Não tenho nada a declarar, também, se está ou não está.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO APPIO - Você depor numa CPI sem advogado?

O SR. NEY MACHADO - Não tenho nada a declarar.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, talvez a testemunha esteja com receio. Talvez ele esteja com receio de que possa sofrer alguma represália por estar presente aqui. Quem sabe se ele não ficaria mais à vontade...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu acho que nós devíamos transformar, Presidente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ... numa conversa reservada conosco.

O SR. NEY MACHADO - Não quero conversa reservada; e não vou declarar nada, doutor.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Mas eu acho que nós podíamos pedir uma reservada.

O SR. NEY MACHADO - Não percam o tempo de vocês não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - É porque fica nítido que ele não vai querer falar de forma pública.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Poderíamos, numa reunião reservada, quem sabe se ele tivesse a oportunidade de se sentir com mais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deixa-me só explicar uma coisa. Claro que a gente não pode perguntar à testemunha se quer reservada ou não, porque até o fato de ela responder já pode comprometê-la. Então, isso será uma coisa que, posteriormente, depois de os Deputados esgotarem a parte pública, poderemos fazer uma sessão reservada com a testemunha. Como publicamente não tem nada a declarar, acredito que, reservadamente, sem as câmeras, podemos ter uma conversa mais proveitosa nesse sentido.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, questão de ordem. Temos aqui um documento, V.Exa. sabe, com vários nomes, fotos, que infelizmente, por se tratar de material confidencial, não podemos utilizar sob pena de responder por quebra de decoro. Então, não podemos utilizá-lo. Sem utilizar esse material fica muito difícil para os Deputados perguntarem. Tendo em vista esse documento da maior importância, porque trata da questão das FARC, das organizações criminosas que lidam com arma e com droga, sugiro a V.Exa. que transforme em reunião reservada, até porque já ficou absolutamente nítido que publicamente a testemunha não vai falar. Vamos ver o que acontece na sessão reservada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu gostaria de dar oportunidade para os Deputados perguntarem mais algumas coisas em razão de ele ter sido preso, na época, eu acho, em que estava com 700 armas de grosso calibre. Segundo denúncia, seria o grande responsável pelo tráfico na Região Sul, tanto de armas quanto de drogas. Segundo denúncias, continua atuando até hoje de dentro da cadeia. Quer dizer, o senhor quer falar alguma coisa sobre isso, Sr. Ney, ou também não...

O SR. NEY MACHADO - Doutor, não tenho nada a declarar. Não vou declarar também em reserva nenhuma. Não percam o tempo de vocês, que eu não tenho nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu acho até que o senhor tem que dizer isso publicamente que não vai declarar nada. O senhor tem que dizer isso publicamente.

O SR. NEY MACHADO - Não vou declarar nada. E nem reservado também não vou dizer nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Claro, o senhor tem que dizer para se preservar.

O SR. NEY MACHADO - E tenho o direito meu. Espero que vocês respeitem o direito que eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pode ficar tranquilo. Vamos fazer de conta que tudo isso também acontece.

Agora, passo a palavra ao Relator e a outros Deputados. Se há alguns Deputados inscritos vou passar-lhes a palavra depois.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, o cidadão que comparece à CPI hoje, na realidade, não é uma testemunha qualquer. Quer dizer, todas as informações relativas ao trabalho de investigação desenvolvido pela Polícia Federal revelam que o Sr. Ney Machado é uma pessoa que, ao longo dos últimos anos, acabou adquirindo um papel de protagonismo importante em todo o esquema de vinda de drogas, de armas para o Brasil.

Ao que tudo indica, ele passou a ter um papel mais relevante dentro dessa cadeia criminosa, quando foi preso o traficante Uê, do Rio de Janeiro, na época, muito conhecido. Ele foi preso lá no Rio Grande do Sul. E uma pessoa que era



comparsa do Uê acabou indo para Passo Fundo — e lá fez contato com o Ney Machado — e passaram a administrar todas aquelas relações que vinham do esquema do tráfico do Rio de Janeiro e dos contatos que o Uê possuía.

O curioso, Presidente, é que o Ney Machado tinha algumas características que eram bastante peculiares para um traficante de armas — patrão do CTG na cidade, em Passo Fundo, uma das cidades mais tradicionais; cidade do Teixeirinha, e possuía também uma revenda de automóveis. Aliás, não é raro que apareçam aqui pessoas que se utilizam desse tipo de atividade comercial como fachada para lavagem de dinheiro.

A importância e a ramificação dessa quadrilha levou a Polícia Federal a criar uma delegacia da Polícia Federal em Passo Fundo, a partir da investigação desse grupo. E o Ney Machado, foragido, foi para o Paraguai, lá cresceu e acabou indo para a Colômbia, preso junto com o Fernandinho Beira-Mar. Documentação apreendida com Fernandinho Beira-Mar, quando da sua prisão, revela a intimidade. Ney Machado com identidade de 3 países, cidadania de 3 países, com identidade falsa. E uma relação de intimidade permanente com Fernandinho Beira-Mar.

Então, é natural que ele tenha que declarar que não vai declarar nada. Mas com certeza, Sr. Presidente, se tem hoje um preso que pode revelar com detalhes a conexão que existe entre fornecimento de armas e de munição para o Paraguai e para a Colômbia e a forma como essas armas são utilizadas como moeda de troca para aquisição da droga, tanto da maconha como da cocaína, essa pessoa é Ney Machado.

Talvez esse cidadão, a partir do momento em que minimamente se dispusesse a revelar as facilidades que sempre teve para que essa conexão se mantivesse, prestasse minimamente um serviço para reduzir essa incidência criminosa de morte de jovens pela droga, de policiais, de cidadãos de bem que têm sido vítimas de toda essa engrenagem e têm sofrido todo o mal dessa quadrilha, da qual esse indivíduo certamente tem o papel de protagonista.

E eu quero reafirmar aqui, Sr. Presidente, a importância de que nós façamos uma reunião reservada e que possamos insistir e dar oportunidade para que minimamente ele possa se redimir de tanto mal que tem provocado não só no Brasil, mas na América do Sul como um todo. Por isso eu insisto e, como Relator, requeiro



que tenhamos oportunidade de fazer uma reunião reservada com ele. Tenho certeza de que ele vai falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu vou permitir ainda que os Deputados inscritos possam falar publicamente, mas já vou colocar em discussão a proposta do Relator. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação a proposta do Relator e da 1ª Vice-Presidenta.

Aqueles que concordam em transformar depois a sessão em reservada, permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada a proposta.

Então, depois de os Deputados falarem publicamente, vamos transformar a sessão em reservada.

Deputado Luiz Couto com a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O Sr. Ney Machado, do mesmo modo que seu chefe, quando aqui esteve, foi preso. Ele não respondeu nada, mas, com ar de arrogância e deboche, não respondeu. É um direito que lhe assiste de não declarar nada. Eu gostaria de aproveitar este momento para dizer que o Sr. Ney, juntamente com o Sr. Sílvio Berri Júnior, que não é o nome dele, porque o nome dele é Luiz Aguiar Sena, ou seja, são chefes do grupo que adquire cocaína e que foi arremessada de avião e que caiu na fazenda do Bugre. Isso está claro. E ele responde a processo por isso. Que essa quadrilha não é apenas dos 2; que tem outras pessoas que a polícia já conseguiu prender; que é o Sr. José Farias Braguini, o Sr. Adriano Silveira Wagner, que tem a Sra. Valquiria Ruiz Olms; que era a pessoa que coordenava todo o processo de navegação aérea; que eles usavam avião, que era de propriedade e uso do Uê, do Sr. Ernaldo Pinto de Medeiros; que eles estão sendo processados pela prática de associação para fins de tráfico; e que foram apreendidos veículos, telefones, celulares, enfim, uma série de coisas. Isso faz parte, Sr. Presidente, da chamada conexão Colômbia. Não tem... Ou seja...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu tinha uma curiosidade: a informação que nos chega...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Operação Gato Preto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É Gato Preto?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eles pagam 2,5 quilos de cocaína numa pistola e 5 quilos de cocaína num fuzil. Tu confirmas isso?

O SR. NEY MACHADO - Oi?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu confirmas que essa troca de cocaína por arma eram 2 quilos e meio por uma pistola e 5 quilos por um fuzil?

O SR. NEY MACHADO - Não. Nada a declarar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Nada a declarar. Está bom.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, Sr. Presidente, está muito clara essa conexão com grupos guerrilheiros da Colômbia, das FARC, que estão, quer dizer, ligados ao narcotráfico; e que o temor brasileiro de que esses guerrilheiros traficantes tentassem atravessar a fronteira, esse temor já é realidade, esse cruzamento de lá para cá. Está patente que ele estava na Colômbia e, como também tinha ações aqui no Brasil, ele veio responder a esses crimes aqui. E é claro que também dessa fronteira que tem aqui, Colômbia, aí passa pela Bolívia, depois vem para o Brasil, passa lá por, vem para o Peru...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Segundo consta...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ... eles conseguiam armas inclusive com o esquema do Leonardo Dias Mendonça.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - O outro que nós investigamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Que comprava armas no Suriname, e essas armas eram desviadas inclusive pelos próprios integrantes das Forças Armadas do Suriname e eram levadas para a Colômbia. E outras armas de menor porte vinham do Paraguai mesmo direto para a Colômbia. E aí é que faziam essa negociação com cocaína também. Quer dizer, então, nós vemos aí a relação que existe entre o tráfico de drogas e o tráfico de armas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, Sr. Presidente, não vou fazer nenhuma pergunta, porque ele disse que não vai responder, porque está clara a ação do Sr. Ney Machado, que não trabalha sozinho, que são líderes de uma quadrilha internacional, que tem vinculação com o Comando Vermelho. E a gente sabe que o Comando Vermelho está coligado com o PCC.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E que segundo testemunhas, só para...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E que também dos presídios eles continuam agindo abertamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso. Exatamente, Deputado Luiz Couto. Segundo testemunhas, que até já depuseram nesta CPI, continuam agindo de dentro do presídio, dominando a facção criminosa e orientando tanto o tráfico de armas como o tráfico de drogas.

Deputado Bosco Costa com a palavra.

O SR. DEPUTADO BOSCO COSTA - Sr. Presidente, Sra. Deputada Laura Carneiro, Srs. Deputados, o registro que faço, primeiro, é para parabenizar V.Exa., Deputado Moroni, pela inteligência, pelo conhecimento com que V.Exa. está conduzindo a Presidência desta Comissão. Nada mais nada menos do que V.Exa. falou é o que o Ney está fazendo.

Agora, é justamente isto, Sr. Presidente: nós precisamos é refletir o Brasil, é refletir a nossa legislação, porque, da maneira como está, fica muito difícil. Volto a repetir: em um país da imensidão do Brasil, onde faltam saneamento, educação, habitação, surgem grupos organizados — e muito bem organizados — que rendem muito. Precisamos repensar ou pensar justamente as prisões do Brasil.

Sinceramente, Sr. Ney, V.Sa. não deveria rir com esse riso irônico porque talvez, se nós tivéssemos uma legislação mais rigorosa, V.Sa. poderia até não declarar nada... mas, sinceramente, V.Sa. está rindo do Parlamento; V.Sa. está rindo não só de um pouco mais de 8 ou 10 Deputados que estão aqui e dos demais presentes; V.Sa. está rindo do Brasil; de mais de 180 milhões de brasileiros. E olhe que neste País há mulheres e homens de bem, trabalhadores.

Parabéns, Presidente. Vamos repensar o nosso Brasil, a nossa legislação, a punição para quem pratica determinados crimes no Brasil, que muitas vezes, por falta nossa, do Congresso Nacional, ficam a rir de quem está trabalhando com sinceridade, em defesa de um Brasil melhor.

Parabéns, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Muito obrigado, Deputado Bosco Costa.



Quero dizer que toda essa ação se deve a todos os membros da CPI, que tem, principalmente agora que as outras CPIs estão em fase de conclusão, porque temos a possibilidade agora de nos concentrar mais nesta CPI. E tenho certeza de que vamos poder fazer um grande trabalho pelo Brasil.

O SR. DEPUTADO BOSCO COSTA - Aproveitando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO BOSCO COSTA - ... a fala de V.Exa., justamente porque tanto eu quanto o Deputado Luiz Couto — Eu que fui Presidente de uma Comissão, até a semana passada, que investigava grupos de extermínio no Nordeste, e o Deputado Luiz Couto foi o Relator — tivemos vários empecilhos nessa CPI.

A CPI, ao meu ver, quando o nobre Deputado Luiz Couto apresentou o requerimento, deveria ter sido para todo o Brasil e foi apenas para o Nordeste. Deveria ter sido uma CPI mista porque, muitas vezes, o crime de Pernambuco está em conexão com o crime no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É verdade.

O SR. DEPUTADO BOSCO COSTA - Tivemos obstáculos. Aprovamos o relatório. Esse relatório deveria ter sido muito mais rico. Mas, por algum motivo, tivemos dificuldades.

Quero me colocar à disposição de V.Exa. e desta Comissão — acredito também do nobre Deputado Luiz Couto — para que nós possamos juntos fazer um trabalho que talvez possa até melhorar os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sem dúvida. É a soma dessas experiências que vai ser importante. E V.Exa. e o Deputado Luiz Couto já têm prestado um grande serviço para esta CPI, juntamente com os demais membros.

Como eu disse, nós agora estamos entrando numa nova fase da CPI. E eu acredito que temos ainda a metade do ano que vem para conseguir demonstrar ao País não só o mapa da venda de armas e munições, mas principalmente operações objetivas que venham a se contrapor à venda de armas e munições com a facilidade com que está acontecendo no nosso País hoje.



Passo a palavra agora à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu queria ainda, primeiro parabenizar o Deputado Bosco Costa pelas palavras, dizer o seguinte: V.Exa. lembra bem e mostrou claramente a frieza do crime organizado com a população brasileira. Isso é facilmente visto. Não pela ironia, porque com ironia nós estamos acostumados. Padre, foi assim para o senhor e o Deputado Bosco na CPI da Pistolagem; foi para mim e para o Deputado Luiz Couto na CPI da Exploração Sexual; foi para mim e para o Deputado Moroni na CPI do Narcotráfico; foi para o Deputado Pimenta, Relator, e para o Deputado do Rio Grande do Sul, Francisco Appio, na CPI do Rio Grande do Sul; foi para o Deputado Sub-Relator Neucimar Fraga e para mim na CPI dos Órgãos. Enfim, já estamos acostumados ao crime organizado deste País em todas as suas áreas. É assim mesmo: vai é rir. Só que o mais grave não é a risada. O mais grave é que imagina que, rindo, resolve o problema dele, ou o de sua família, ou o de suas gerações; essa é a maior desgraça.

Esse é o riso que ele devia dar a si próprio. O riso, ao olhar nos espelhos, de que ele está contribuindo contra ele mesmo. Então, já não me assusta mais, já não me preocupo mais. Pode rir, pode brincar, pode dizer que não responde, acaba respondendo na reservada. Então, não tenho preocupação.

Por outro lado, ele não precisa responder. Aliás, eu quero que ele não responda. Só para a gente saber: este homem que não sabe muito bem onde fica a Colômbia, nem sabe muito bem o que é as FARC foi preso em Barranco de Minas, num pedacinho, num departamento que para lá é um Estado, num departamento que se chama Guainía. É assim que se pronuncia? Ele não lembra. Também não quero que você fale, não. Às margens do Rio Guaviare. E foi preso. Fugiram ele e Fernandinho Beira-Mar. A Polícia Federal chegou, vinda do Estado do Rio de Janeiro, quando soube, e ajudou. Foi lá um avião: levaram os policiais; tiveram de entrar nos territórios das FARC. A Polícia Federal fez um trabalho genial. Foi preso ao lado de Fernandinho Beira-Mar, o mesmo Fernandinho que ameaçou a minha filha de morte, Deputado Bosco Costa. E é Pitoco mesmo; trabalhava com o tal do Sílvio, que é cantor; e trabalhava com uma organização gigantesca, que a CPI do Narcotráfico pôs toda na cadeia.



Então, Deputado Bosco, não perca seu tempo, não se preocupe, deixe ele rir. Ria muito, pois eu já chorei muito, Deputado Bosco Costa, por causa dessa quadrilha. E a sociedade brasileira chora todos os dias por causa dos seus mortos. E seus mortos são fruto desse sorrisinho. Não adianta porque ele vai sair daqui com 3 policiais hiperarmados e vai para a cadeia, Deputado Bosco Costa. Vai continuar lá; vai morrer lá; mas não é morrer porque vão matar, não. Vai morrer de tanto tempo que ele vai ficar lá. Mas o senhor vai estar aqui fora e vai continuar defendendo, como todos nós desta Comissão ou como todas as pessoas de bem deste País, para que isso não continue acontecendo. É claro que a gente não resolve tudo, nem a CPI resolve tudo, mas cada um de nós dá a sua contribuição.

Então, deixe ele rir. E vamos à sessão reservada. Vamos ver se na sessão reservada ele vai rir da mesma maneira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pergunto se algum Deputado gostaria de fazer alguma argüição. *(Pausa.)*

Então, a partir deste momento, eu transformo esta sessão em caráter reservado. Só ficam aqui Deputados e assessores diretos da CPI.

(É suspensa a reunião.)